

## Perspetiva continental: políticas para realizar a transformação produtiva em África

*Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2019* examina políticas para a transformação produtiva do continente para ajudar os líderes africanos a alcançar as metas da Agenda 2063 da União Africana. O primeiro capítulo analisa o potencial de transformação produtiva em África e as políticas em curso que exploram esse potencial. Em razão disto, propõe três políticas principais para transformação das empresas africanas num mundo em mudança. Os cinco capítulos regionais do relatório descrevem as grandes diferenças existentes entre as transformações produtivas da África Austral, Central, Oriental, Ocidental e do Norte, e propõem políticas específicas para cada região. O relatório oferece aos decisores políticos africanos um instrumento atualizado para o diálogo sobre políticas e reformas a nível nacional, regional e pan-africano.

### Os mercados africanos em crescimento apresentam grande potencial de transformação produtiva

O continente africano registou um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4.6% entre 2000 e 2018. Em termos de crescimento, este desempenho foi melhor do que o da América Latina e Caraíbas (ALC) que se situou nos 2.6%, mas foi inferior à média da Ásia, de 7.4%, no mesmo período. O crescimento deverá ser de 3.6% em 2019 e de 3.9% em 2020-23. Desde 2000, 11 países africanos atingiram um estatuto de país de rendimento médio ou elevado. Atualmente, 17 países africanos têm o estatuto de economia emergente ou de economia de fronteira (MSCI, 2019).

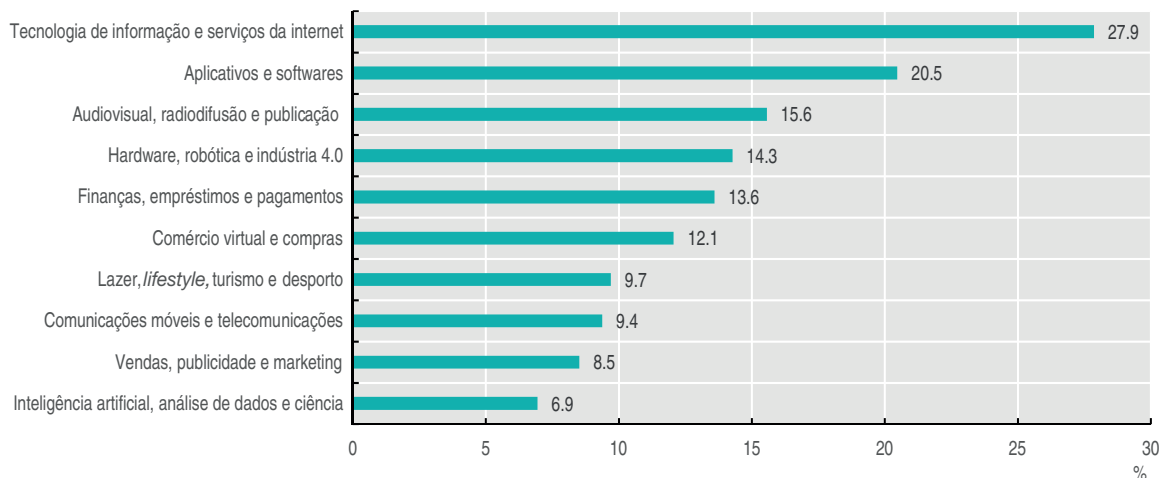
A procura interna de África é o principal motor deste crescimento, tendo sido responsável por 69% do crescimento anual entre 2000 e 2018. Esta procura está a evoluir para produtos com um maior grau de transformação. A procura do continente por alimentos transformados está a crescer a um ritmo 1.5 vezes superior ao da média mundial e a procura de muitos outros produtos, como veículos rodoviários, produtos de metal e máquinas industriais, está também a expandir-se mais rapidamente do que a média mundial.

Muitas empresas locais aproveitam estas oportunidades para crescer em dimensão e produtividade. Entre as empresas que estão a expandir os seus negócios para todo o continente incluem-se o *Office chérifien des phosphates* (OCP) e o Attijariz Bank de Marrocos, a Dangote e o United Bank of Africa da Nigéria, o Ecobank do Togo, o METL Group da Tanzânia, as Ethiopian Airlines, a Safaricom que integra a M-PESA do Quênia, e a MTN e a Shoprite da África do Sul. Estes “campeões” são exemplo da forma como as empresas africanas estão a aproveitar o potencial do continente. Os conglomerados africanos diversificaram até mesmo os seus serviços ou produtos para operarem em diversos mercados e países.

As *start-ups* mais jovens em África estão também envolvidas em muitos setores. As três principais atividades das *start-ups* africanas estão relacionadas com a tecnologia de informação e os serviços de internet: aplicativos e *software*, criação de conteúdos audiovisuais e de radiodifusão (Figura 1). O comércio eletrónico situa-se em 6.º lugar (12%). As *start-ups* como a Jumia (com sede na Nigéria) e a M-KOPA (com sede no Quênia) estão a utilizar novas tecnologias e novos modelos de negócios para explorar o aumento da procura local e regional e atrair grandes investimentos. Em 2018, as *start-ups* tecnológicas

africanas angariaram quase USD 1.2 mil milhões em capitais próprios, por comparação com USD 560 milhões em 2017.

Figura 1. O que fazem as start-ups africanas? Os 10 principais setores



Fonte: Cálculos dos autores com base na Crunchbase (2019), *Crunchbase Pro* (base de dados).  
StatLink <https://doi.org/10.1787/888933966599>

A transformação produtiva é o processo através do qual as empresas acumulam maiores capacidades organizacionais, produtivas e tecnológicas e as propagam ao resto da economia. Estes ganhos ocorrem, em primeiro lugar, ao nível das empresas. Uma empresa inova ou adapta novas tecnologias com êxito para desenvolver novos mecanismos de produção ou introduzir novos produtos no mercado. A inovação permite à empresa especializar-se, modernizar-se para realizar atividades de maior valor acrescentado, melhorar a sua produção ou aumentar a sua produtividade. No seu conjunto, estas alterações podem conduzir à transformação de toda a indústria e economia por efeito da concorrência, da aprendizagem entre empresas e da melhoria dos fatores de produção, como melhores competências e infraestruturas. Em consequência, a produtividade aumenta, aproximando-se das economias com melhores desempenhos.

### A transformação produtiva é limitada, em especial nos setores que empregam mais mão-de-obra

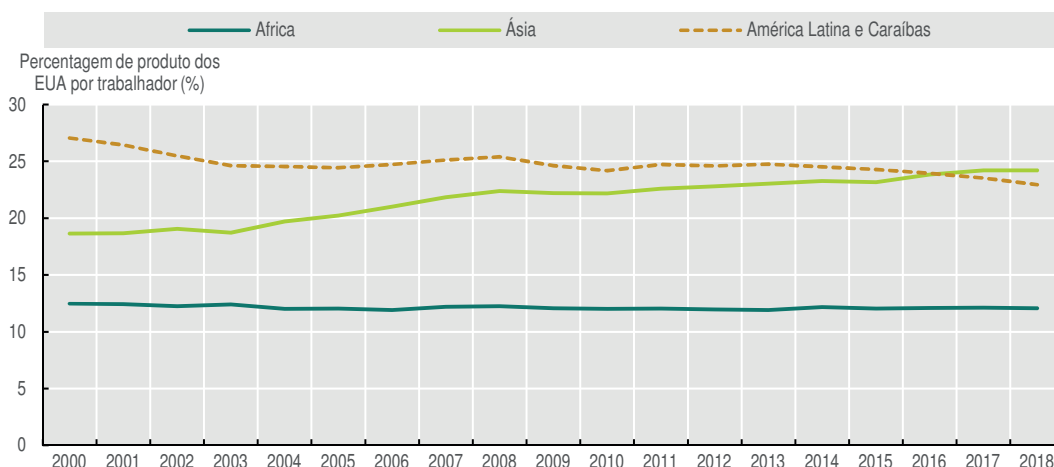
O crescimento não criou empregos de qualidade nem bem-estar suficientes para a população. A percentagem de emprego precário em África diminuiu apenas de 71% em 2000 para 68.2% em 2018. Em alguns países, cerca de 91% da mão-de-obra não agrícola continua em empregos informais. O número de pessoas que vive com USD 1.90 por dia ou menos aumentou 31 milhões entre 1999 e 2015, passando de 376 milhões para 407 milhões de pessoas. A correlação entre os indicadores de bem-estar e os níveis mais elevados de rendimento é menor em África do que noutras regiões do mundo.

Esta divergência entre os resultados do crescimento e do desenvolvimento decorre da estrutura do sistema produtivo em África. O que os países produzem e comercializam determina os resultados do desenvolvimento global e molda a capacidade dos sistemas económicos gerarem e redistribuírem riqueza. A maioria das economias africanas depende de atividades mineiras ou relacionadas com matérias-primas agrícolas pouco especializadas. Os setores mineiro e dos serviços públicos representam 11% do produto africano, apesar de empregarem 1.4% da população ativa. Os bens não transformados ainda representavam quase metade (48.7%) das exportações de África em 2017, face a

10.1% nos países asiáticos em desenvolvimento e a 27.6% na região da América Latina e Caraíbas.

No geral, a produtividade não está a recuperar. A produtividade laboral em África tem-se mantido em 12% do nível da produtividade laboral dos Estados Unidos desde 2000 (Figura 2). O rácio de produtividade do trabalho África-Ásia diminuiu de 67% em 2000 para os atuais 50%. Esta estagnação da produtividade sugere que as capacidades não estão a ser difundidas de forma generalizada: a produtividade continua limitada às empresas mais produtivas.

Figura 2. Produtividade do trabalho em África, na Ásia e na América Latina e nas Caraíbas por comparação com o Estados Unidos, 2000-18



Fonte: Cálculos dos autores com base no Conference Board (2019), Total Economy (base de dados).  
StatLink <https://doi.org/10.1787/888933966618>

A maioria das empresas, em especial as de menor dimensão, não dispõe das capacidades básicas e apresenta uma produtividade baixa. Num painel de 9 países africanos, o valor acrescentado por trabalhador em empresas com 100 trabalhadores é mais de 3 vezes superior ao das empresas com 5 trabalhadores e 3.5 vezes superior ao das empresas com 200 trabalhadores (Page e Söderbom, 2015). Na Côte d'Ivoire e em Madagáscar, a maioria das empresas carece das capacidades básicas, como fazer a contabilidade básica, criar uma fábrica, utilizar ferramentas para planear num horizonte plurianual, identificar um avanço tecnológico relevante e promover a formação dos recursos humanos.

A melhoria das capacidades das pequenas empresas é essencial para criar mais empregos de qualidade. Entre as empresas formais de 38 países africanos, as empresas com menos de 20 trabalhadores são responsáveis por 41% da criação líquida de emprego, enquanto as empresas com 20-99 trabalhadores são responsáveis por 23% e as empresas com mais de 100 trabalhadores por 20%. As pequenas e médias empresas (PME) mais jovens – com menos de cinco anos – são responsáveis por 22% da criação líquida de emprego.

Libertar o potencial empreendedor de África pode impulsionar a capacidade de inovação da economia. Cerca de 22% da população ativa africana está a criar novas empresas, a taxa mais elevada do mundo, quando comparada com 19% nos países da América Latina e 13% nos países em desenvolvimento na Ásia. Entre os novos empreendedores africanos, 20% introduzem um novo produto ou serviço no mercado, uma percentagem semelhante à de outras regiões em desenvolvimento. O dinamismo do empreendedorismo pode fomentar o que Joseph Schumpeter designou de processo de “destruição criativa” e tornar toda a economia mais inovadora e produtiva.

## O reforço das conexões entre as empresas africanas é fundamental para a disseminação de novas capacidades

As empresas africanas estão muitas vezes isoladas umas das outras, o que impede a difusão de novas tecnologias e o *know-how* entre empresas. As ligações a montante e a jusante são relativamente fracas, como por exemplo no Quênia:

- Ligações a montante com fornecedores nacionais: 66% dos bens e serviços intermédios utilizados por empresas que recebem investimento direto estrangeiro (IDE) são importados, por comparação com 25% no Vietname.
- Ligações a jusante: apenas 3% das empresas que recebem IDE no Quênia produzem bens e serviços para outras empresas quenianas, por comparação com 61% no Vietname.

As grandes diferenças de capacidade impedem a criação de ligações entre as empresas mais produtivas e as outras. Em termos de intensidade de capital, práticas de gestão e normas aplicáveis aos produtos, estas diferenças impedem um pequeno grupo de empresas altamente produtivas – principalmente grandes empresas nacionais e empresas multinacionais – de criar ligações com o resto da economia. Este processo gera um círculo vicioso de falta de capacidade nas empresas mais atrasadas, o que resulta numa estrutura produtiva altamente segmentada em termos de produtividade e capacidade de inovação. Por exemplo, 1% das empresas mais produtivas do Gana produz, em média, 169 vezes mais valor acrescentado por empresa do que as restantes 99%.

As ligações regionais entre empresas são igualmente insuficientes. A utilização de recursos regionais em África continua a ser, em média, inferior a 15%. Em contrapartida, o fornecimento intrarregional no Sudeste Asiático representa mais de 80% das exportações em indústrias como veículos a motor, têxteis e vestuário e produtos informáticos, eletrónicos e óticos. Em certos casos, as políticas implementadas não conseguiram reforçar as cadeias de valor regionais, como por exemplo a exploração mineira na África Austral que dependia tradicionalmente da África do Sul para o fornecimento de bens de capital. No entanto, as importações mais competitivas de bens de capital da China para a África Austral têm desafiado a posição da África do Sul nos últimos anos.

A melhoria do ambiente de negócios através das habituais reformas regulatórias não é suficiente para reforçar as ligações industriais. A divulgação de novas tecnologias e capacidades exige políticas do lado da oferta para os fornecedores locais e PME. As empresas enfrentam diferentes constrangimentos relacionados ao financiamento, às infraestruturas e às competências que as impedem de inovar e modernizar-se. Outros fatores não relacionados com o ambiente de negócios impedem também as empresas africanas de crescer em termos de dimensão: cerca de 60% da diferença de dimensão entre as empresas africanas e as de outros países em desenvolvimento continua sem explicação, mesmo depois de isolados os efeitos do ambiente de negócios, da idade e da propriedade das empresas e da dimensão do mercado. Ultrapassar estes constrangimentos exige, para além de um melhor ambiente de negócios, soluções de longo prazo que reforcem a capacidade das empresas produzirem bens de qualidade.

## As empresas africanas têm de antecipar e responder melhor às futuras megatendências

O continente africano mudou muito, o que continuará a verificar-se nos próximos anos. Cinco megatendências a nível continental e mundial criam oportunidades e desafios significativos para as empresas africanas iniciarem, gerirem e expandirem os seus negócios. Estas tendências incluem o crescimento demográfico, a urbanização rápida, as alterações climáticas, a Nova Revolução Industrial e a transferência dos termos de troca para outras economias emergentes na parte oriental do globo.

Quadro 1. Cinco megatendências que afetam a transformação produtiva em África

Megatendência	Principais riscos	Principais oportunidades
“Deslocação da riqueza” e o surgimento de economias emergentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concorrência de outros mercados emergentes</li> <li>• Criação de “empregos de um dólar”.</li> <li>• Nova “partilha de África”</li> <li>• Degradação ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversificação do cabaz de exportações africanas</li> <li>• Realocação de indústrias transformadoras pouco qualificadas da Ásia para África</li> <li>• Atração de IDE para África</li> <li>• Novas fontes de financiamento para o desenvolvimento</li> <li>• Transferência de competências</li> </ul>
Nova Revolução Industrial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Automatização</li> <li>• Relocalização de indústrias transformadoras para economias avançadas</li> <li>• Falta de competências e base tecnológica</li> <li>• Fluxos financeiros ilícitos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução dos custos com o comércio, especialmente no caso das pequenas empresas</li> <li>• Criação de novos nichos e mercados</li> <li>• Utilização de novas tecnologias para melhorar o acesso aos serviços públicos e a qualidade das políticas públicas</li> </ul>
Transição demográfica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevada taxa de desemprego dos jovens e aumento do emprego no setor informal</li> <li>• Aumento da pressão sobre os serviços públicos e os recursos ambientais</li> <li>• Migração e fuga de cérebros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento do mercado de trabalho africano</li> <li>• Maior poupança, consumo e crescimento do PIB devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e à criação de riqueza</li> <li>• Crescimento de uma classe média em África</li> </ul>
Transição urbanística em África	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior pobreza e desigualdade nas zonas urbanas</li> <li>• Desigualdade entre zonas rurais e urbanas</li> <li>• Congestionamento urbano</li> <li>• Mais poluição atmosférica e utilização ineficiente da água e de outros recursos naturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento de uma classe média “urbana” e procura de bens, alimentos e de infraestruturas urbanas de elevado valor acrescentado</li> <li>• Geração de economias de escala e inovação social</li> <li>• Utilização mais sustentável dos recursos graças à partilha eficiente de infraestruturas em zonas de alta densidade</li> </ul>
Alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Catástrofes naturais, secas e alterações dos padrões meteorológicos</li> <li>• Perda de meios de subsistência e atividades económicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão de novos setores verdes</li> <li>• Maior criação de emprego em setores verdes</li> </ul>

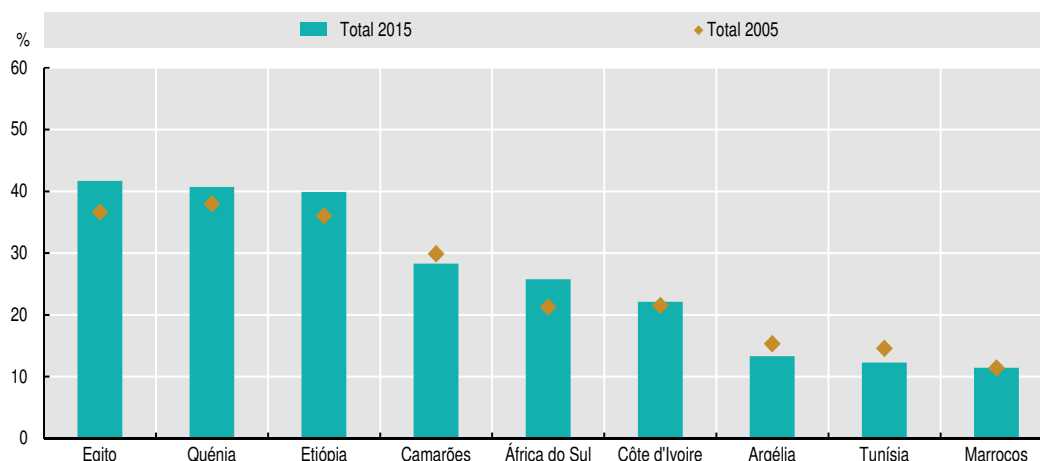
Estas megatendências serão fatores de mudança. Elas proporcionam novas fontes de financiamento, novos mercados e padrões de procura e novas possibilidades de dar um salto qualitativo, através do recurso a oportunidades inovadoras para a transferência de tecnologia e gestão empresarial. Este é o caso das técnicas de extração ecológica, que podem melhorar a competitividade no setor mineiro e no resto da economia (por ex., o OCP em Marrocos e o Projeto de Eficiência Energética Industrial da África do Sul). Estas megatendências também trazem a necessidade da criação de melhores empregos, novos concorrentes e novos riscos para o crescimento inclusivo e para o ambiente.

Atualmente, a maioria das empresas africanas corre o risco de perder mercado para novos concorrentes, tanto nacionais como de mercados emergentes. Entre 2009 e 2016, as exportações africanas de bens de consumo para mercados africanos diminuíram de USD 12.9 mil milhões para USD 11.8 mil milhões. Ao mesmo tempo, as importações de bens de consumo provenientes do resto do mundo aumentaram de USD 11.2 mil milhões para USD 19 mil milhões. Nos mercados emergentes, os exportadores africanos também estão atrasados no aproveitamento desta nova procura em relação aos novos concorrentes da Ásia e da América Latina, assim como os chineses. Os exportadores africanos representaram apenas 0.3% do aumento das importações de bens de consumo da China face aos 12% dos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático e de 5.1% dos países da América Latina e Caraíbas.

As taxas de sobrevivência das empresas exportadoras mostram que estas precisam melhorar a sua capacidade de prosperar em mercados altamente competitivos. As empresas africanas têm tentado diversificar as suas exportações, mas apenas 18% dos novos exportadores do continente sobrevivem após o seu terceiro ano, por comparação com 22% dos exportadores de outros países em desenvolvimento. Vários fatores ao nível das firmas impedem as empresas africanas de inovar e crescer.

Estas diferenças implicam que os países africanos não podem replicar as abordagens da industrialização utilizadas no passado devido às diferenças de contexto. Não existe um modelo único de transformação ao nível de cada país. As vias para a transformação produtiva dependem de muitos fatores, que desempenham um papel diferente em diversos países e setores e de acordo com contextos económicos históricos e mundiais variáveis. Por exemplo, a indústria transformadora depende cada vez mais dos serviços e de setores como o das tecnologias de informação e comunicação (TIC), do marketing e dos transportes e da distribuição. Os serviços representaram 40-42% do valor acrescentado nestes setores em 2015 no Egito, na Etiópia e no Quênia (Figura 3). Globalmente, os serviços com funções de apoio representam entre 25% e 60% do emprego nas empresas da indústria transformadora. Os governos devem, assim, centrar-se nas cadeias de valor estratégicas e não exclusivamente na indústria transformadora.

Figura 3. Conteúdo de valor acrescentado dos serviços no total das exportações de produtos transformados, mineiros e agrícolas em nove países africanos



Fonte: Cálculos dos autores com base nas fontes de dados subjacentes da OCDE (2018), *Trade in Value Added* (base de dados).

Nota: Exportações totais de “manufaturados, mineiros e produtos agrícolas” definido como nos códigos CINI D01 a 03 (agricultura) + código D05 a 09 (mineiros) + códigos D10 a 33 (manufaturados).

StatLink <https://doi.org/10.1787/888933966637>

### Tempo de agir: um apelo a estratégias de transformação produtiva proactivas e coordenadas

Acelerar o desenvolvimento dos setores produtivos em África é fundamental para cumprir os objetivos do continente estabelecidos em várias iniciativas pan-africanas atualmente em curso (Kouassi, 2015a). A União Africana, através da Agenda 2063, prevê a transformação estrutural das economias africanas, com vista a criar um crescimento forte, robusto e inclusivo, gerador de empregos e de oportunidades para todos. A entrada em vigor e o funcionamento do Acordo de Comércio Livre Continental Africano (AfCFTA) em 2019 assinalam o forte empenho dos líderes africanos no sentido da transformação produtiva. Em conjunto com outras iniciativas pan-africanas, como o Mercado Único Africano dos Transportes Aéreos e o passaporte único de África (ver Quadro 2), estas iniciativas salientam a importância da industrialização para uma transformação económica sustentável.

Quadro 2. Dez iniciativas continentais em curso para a industrialização de África

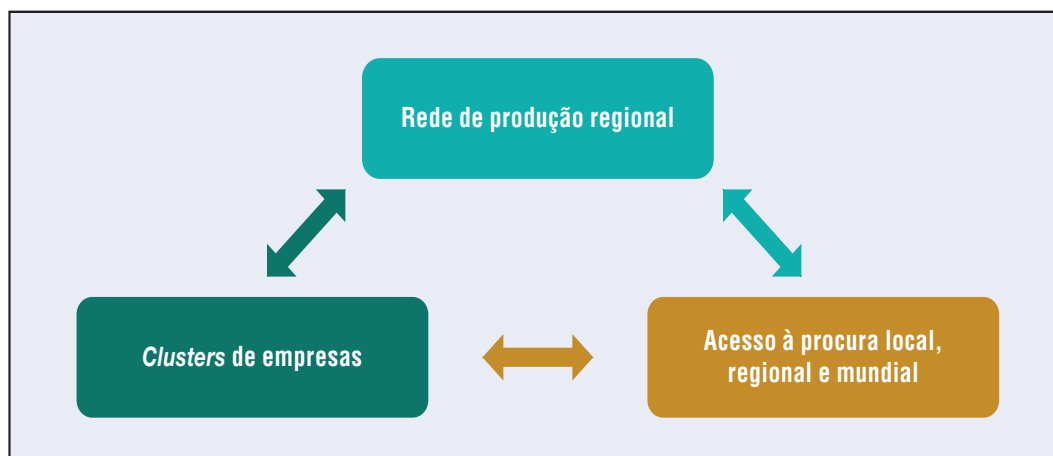
Iniciativas continentais em curso (lista não exaustiva)	Principais instituições	Calendário
1 Agenda 2063 Meta 1: “Uma África Próspera Baseada no Crescimento Inclusivo e no Desenvolvimento Sustentável”	AUC	2013-63
2 Plano de Ação da UA para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (AIDA)	AUC	2008-em curso
3 Acordo de Comércio Livre Continental Africano	AUC	2019-em curso
4 A Terceira Década de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas para África (DDIA III)	ONUDI	2016-25
5 Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PIDA)	AUC, NEPAD, BAfD, CEA	2012-40
6 Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação para África 2024 (STISA)	AUC	2014-24
7 Iniciativa Africana para o Desenvolvimento das Indústrias de Agronegócios e Agroindustriais (3ADI)	FAO, FIDA, ONUDI	2010-20
8 Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP)	AUC, NEPAD	2003-em curso
9 The Africa Mining Vision	AUC	2009-em curso
10 Iniciativa Africana de Capacidade Produtiva (APCI)	ONUDI	2003-em curso

Nota: CUA – Comissão da União Africana; ONUDI – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial; NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África; BAfD – Banco Africano de Desenvolvimento; CEA – Comissão Económica das Nações Unidas para África; FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola.

**A complexidade do apoio à transformação produtiva requer uma estratégia sistémica.** As empresas produtivas de África devem responder à crescente procura regional do continente. Tal permitir-lhes-á tirar partido da expansão da base de consumidores a que o AfCFTA dará acesso. O desafio aqui é não só eliminar as tarifas, mas coordenar os procedimentos aduaneiros a nível regional e melhorar o ambiente para criar e desenvolver negócios. A maioria das empresas, especialmente as micro, pequenas e médias empresas africanas, pode não ser capaz de aproveitar os benefícios das tarifas reduzidas e da dimensão do mercado do AfCFTA sem que sejam ultrapassadas barreiras internas e externas à capacidade das empresas, como custos de transporte excessivos, barreiras ao investimento transfronteiriço e outras barreiras não tarifárias.

Esta abordagem sistémica à transformação produtiva em África requer a adoção de três conjuntos de medidas: i) o desenvolvimento de clusters de empresas; ii) a promoção de redes de produção regionais; e iii) o reforço da capacidade das empresas para prosperar em novos mercados. Estas políticas destinam-se a melhorar as capacidades das empresas africanas, nomeadamente a sua capacidade para antecipar as tendências futuras, adaptar-se à evolução das condições do mercado, conhecer e melhorar o seu potencial e estabelecer ligações entre si (Primi, 2016).

Figura 4. Três conjuntos de políticas relacionados entre si para apoiar as empresas africanas na transformação produtiva



Fonte: Elaborado pelo autor.

A escala e a natureza transversal dos desafios que as empresas africanas enfrentam exigem políticas coordenadas entre os governos africanos. Por exemplo, um déficit de infraestruturas estimado em 3.1%-6.9% do PIB por ano continua a representar um importante obstáculo ao desenvolvimento do setor privado em África (Ashiagbor *et al.*, 2018). Colmatar este déficit exige soluções sustentáveis e de longo prazo, incluindo abordagens comuns para a mobilização de recursos nacionais. René Kouassi (2008, 2015a e 2015b) salientou a importância de estratégias coordenadas a nível nacional e continental. As abordagens bem-sucedidas são inclusivas e gozam de uma participação e apropriação fortes por parte dos intervenientes nacionais, regionais e locais. O sucesso dessas estratégias depende também de uma liderança transformadora por parte dos intervenientes públicos e privados e exige o reforço das capacidades de ambos os setores. Este fortalecimento das capacidades pode ser alcançado progressivamente ao longo do tempo (ACBF, 2019).

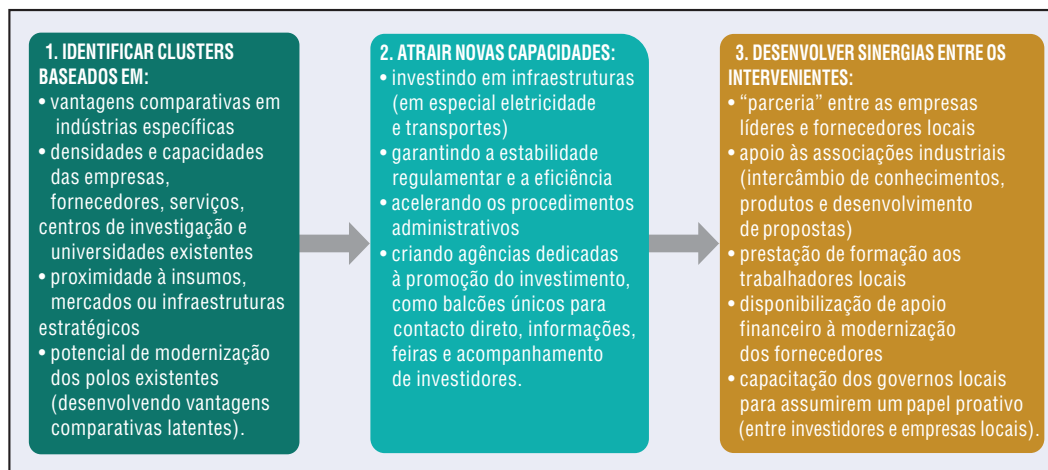
#### Desenvolver clusters de empresas: prestar serviços empresariais para melhorar a especialização, as ligações e as competências

Os clusters podem ser utilizados de forma estratégica para desenvolver as vantagens comparativas de uma economia (ver Capítulos 2-6 que apresentam as vantagens comparativas de cada região). Os clusters permitem que os governos com recursos limitados tirem o máximo partido dos seus ativos, investindo num local específico em vez de os dispersar. Neste processo, os países podem aproximar-se da fronteira tecnológica global atrairdo IDE e facilitando a transferência de tecnologia. A densidade relativamente mais elevada de empresas, fornecedores, prestadores de serviços e instituições associadas num cluster pode traduzir-se em maiores repercussões e transferências de conhecimentos, com isso ampliando o impacto das políticas públicas. Como afirmou o economista Alfred Marshall, nas zonas industriais é como se os mistérios do comércio “estivessem no ar”.

Os decisores políticos podem seguir uma abordagem em três etapas para a criação de clusters eficazes (Figura 5). Os governos africanos realizaram progressos consideráveis nas duas primeiras etapas que envolvem a identificação da melhor localização para os clusters e a atração de novas capacidades através de IDE. Para garantir um impacto de longo prazo na transformação produtiva, os decisores políticos africanos têm de prestar mais atenção à criação de ligações entre os atores destes clusters. A transferência de conhecimentos exige a utilização de capacidades locais mais elevadas em setores específicos que apresentam vantagens comparativas.



Figura 5. Três fases no sentido da criação de polos eficazes



Fonte: Elaborado pelo autor.

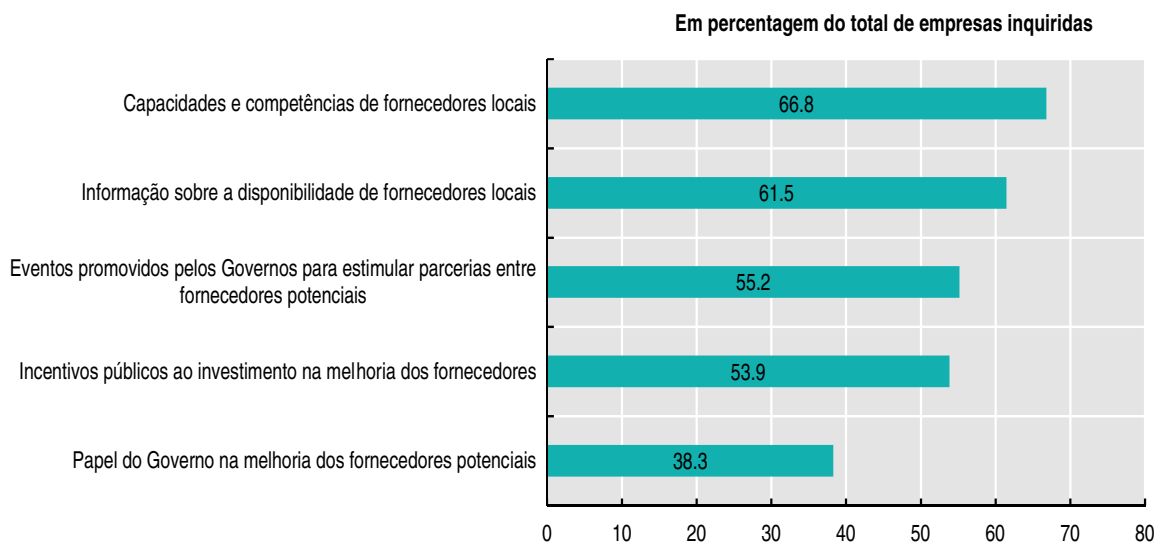
Na primeira etapa, o sucesso dos clusters depende da escolha estratégica da sua localização face à vantagem comparativa do país. É necessária uma massa crítica de empresas e atores interdependentes com base no seu grau de especialização, composição e estágio de desenvolvimento, na intensidade das ligações existentes e na capacidade de criar empregos inclusivos. Várias antigas zonas económicas especiais da África Central e da África Ocidental transformaram-se em “catedrais no deserto” porque estavam situadas em áreas remotas sem as condições de apoio necessárias.

Na segunda etapa, os governos têm de atrair empresas líderes para os clusters. Os países africanos estão a tornar-se mais bem-sucedidos neste domínio. Clusters recentes, como o Tangier-Med (Marrocos), a *Eastern Industry Zone* e o *Hawassa Industrial Park* (Etiópia), e a Zona Económica Especial de Kigali (KSEZ, Ruanda) atraíram multinacionais de dimensão mundial em setores que vão da indústria automóvel e aeronáutica às indústrias têxtil, do vestuário e do calçado. Por exemplo, as empresas que se deslocam para a KSEZ estão associadas a um aumento de 206% das vendas, a um aumento de 201% do valor acrescentado e a um aumento adicional de 18% do número de trabalhadores permanentes, comparativamente a empresas semelhantes que não se deslocaram para a mesma zona.

Centrar-se no básico é o fator mais importante para atrair IDE, assegurando estabilidade e acesso a serviços empresariais. Nestes clusters, os governos estão a assegurar ativamente o acesso à infraestruturas de qualidade (em especial, eletricidade e transporte rodoviário) e a desenvolver, com êxito, regulamentação em vários domínios, como procedimentos aduaneiros, tributação e licenças de exercício de atividade. A estabilidade política e macroeconómica interna e a fiabilidade do ambiente regulamentar figuram entre as quatro principais determinantes dos fluxos de entrada de IDE. Por outro lado, baixas taxas de impostos e baixos custos do trabalho não são suficientes para atrair investidores internacionais. A nível global, estes fatores estão classificados como a sétima e a oitava motivações em dez.

O acesso aos serviços empresariais diretos também impulsiona as capacidades dos fornecedores locais para assegurar ligações. Intervenções específicas podem ajudar as empresas locais a melhorar as suas capacidades de produção de bens intermédios e serviços para empresas de maiores dimensões, a nível nacional e internacional. Na Etiópia, o *Bole Lemi Phase-I Industrial Park* organiza feiras destinadas a potenciais compradores e fornecedores com vista a ajudá-los a compreender as respetivas oportunidades, capacidades e necessidades. Assegura também um subsídio equivalente de até 60% para as PME investirem na sua operação e modernização.

Figura 6. O que determina que as empresas de investimento estrangeiro se abasteçam junto de fornecedores locais



Fonte: Cálculos dos autores com base no Banco Mundial (2017), “Global Investment Competitiveness Report: Foreign investor Perspectives and Policy Implications” do Banco Mundial.  
StatLink <https://doi.org/10.1787/888933966656>

Um maior envolvimento dos diferentes níveis de governo pode ajudar a identificar novas atividades dentro dos clusters e a melhorar a sua implementação. Na *Eastern Industrial Zone* da Etiópia e no *Hawassa Industrial Park*, a falta de autonomia impediu a gestão de adotar reformas rápidas e de adquirir ferramentas e equipamentos essenciais para a manutenção. Pelo contrário, os governos municipais na China e no Vietname trabalham em estreita colaboração com as empresas e os investidores nas ZEE, de modo a adequarem o investimento em infraestruturas e competências de acordo com as suas necessidades. Os governos locais podem desempenhar um papel de coordenação entre as empresas líderes, os fornecedores locais e os outros atores, tais como instituições de investigação, associações profissionais e investidores. O governo de Durban na África do Sul financiou associações industriais oficiais nos setores do vestuário e automóvel, o que conduziu a intercâmbios de informação e a sinergias de redução de custos, por exemplo, na formação de trabalhadores.

#### Apoiar as PME e políticas de competências inovadoras para assegurar uma transformação produtiva inclusiva

As PME africanas enfrentam diferentes necessidades. Para 23% das PME do continente o acesso ao financiamento é o maior constrangimento para as suas empresas. Esta percentagem é quase o dobro da referente às grandes empresas africanas com mais de 100 trabalhadores (13%). No entanto, os três tipos diferentes de pequenas empresas em crescimento em África (PEC)<sup>1</sup> têm necessidades de financiamento distintas, dependendo do seu perfil de crescimento e de inovação (ver Quadro 3):

1. As **empresas de elevado crescimento** são as pequenas empresas que seguem novos modelos de negócio de rutura e visam mercados de grande dimensão. Embora representem, com frequência, menos de 10% do total da categoria nos países em desenvolvimento, estas empresas de crescimento elevado podem contribuir mais do que proporcionalmente para a economia através do seu elevado potencial de expansão e inovação. Em geral, exigem “investimentos de capital de risco”, redes interligadas de investidores, trabalhadores altamente qualificados e infraestruturas.

2. As **empresas dinâmicas** utilizam produtos existentes ou modelos de negócio comprovados para crescer através da especialização em mercados de nicho, da extensão do mercado ou de inovações graduais. O seu potencial de crescimento e de escala é moderado e depende do seu acesso aos mercados. Estas empresas enfrentam muitas vezes um défice de financiamento para empresas de média dimensão, o que significa que são demasiado grandes para se qualificarem para microcréditos, mas demasiado pequenas ou de risco para empréstimos bancários tradicionais, ao mesmo tempo que não apresentam o potencial de crescimento, retorno e saída necessário para fundos de capital de risco.
3. As **empresas de subsistência** são, frequentemente, entidades de pequena escala que são a fonte de rendimento para uma família individual. Tendem a reproduzir modelos de negócio existentes, servindo mercados locais ou cadeias de valor. As suas necessidades financeiras dependem de capital circulante de curto prazo. A integração destas empresas vai melhorando graças à difusão das TIC e à urbanização. Este tipo de empresa não inclui microempresas orientadas para a subsistência e com perspectivas limitadas de crescimento.

**Quadro 3. Três tipos de pequenas empresas em crescimento em África, necessidades específicas e potenciais abordagens políticas**

Tipo de pequena empresa em crescimento	Exemplos de necessidades específicas	Potenciais abordagens políticas
Empresas de elevado crescimento com novos modelos de negócio de rutura e um potencial de crescimento muito elevado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Competências altamente especializadas e infraestruturas de apoio integradas (por ex., investidores, incubadoras, aceleradores)</li> <li>• Capital de risco faseado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio ao ecossistema empresarial através da definição de um enquadramento jurídico adequado na área da concorrência, normas, direitos de propriedade intelectual, entre outros</li> <li>• Investimento em educação em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM), formação técnica e profissional e competências</li> </ul>
Empresas dinâmicas e de nicho com potencial de crescimento moderado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade de acesso a financiamento formal de empresas, especialmente empréstimos a médio e longo prazo</li> <li>• Mercado de pequenas dimensões, limitado a nichos específicos</li> <li>• Fracas competências de gestão deficientes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilitar o acesso aos mercados</li> <li>• Apoiar a certificação da qualidade e a melhoria da qualidade</li> <li>• Promover programas de consultoria personalizados</li> <li>• Melhorar a variedade dos canais de crédito disponíveis (por ex., empréstimos garantidos por ativos, regimes de garantia de crédito, micro participações no capital)</li> </ul>
Empresas de subsistência, de pequena escala, que servem os mercados locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capital circulante de curto prazo</li> <li>• Fracas competências organizacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adotar uma política de requalificação para ajudar os empreendedores menos competitivos a entrar no mercado de trabalho</li> <li>• Prestar formação básica em gestão</li> <li>• Melhorar a inclusão financeira através de microcréditos</li> </ul>

**Dar resposta à procura de novas competências também requer políticas para desenvolver alianças público-privadas mais fortes, incentivar métodos de formação inovadores e promover a mobilidade de talentos no continente africano:**

1. Atores públicos e privados podem cooperar mais no desenvolvimento de currículos, cursos e formação específicos e no alinhamento dos trabalhadores com as empresas. No Quênia, o *Generation Kenya* é um programa de formação intensiva que trabalha com 300 empregadores e 30 instituições públicas de ensino e formação técnica e profissional para requalificar licenciados através de uma formação intensiva do tipo “campo de treino”.
2. A digitalização abriu a possibilidade de proporcionar uma formação de elevada qualidade em grande escala. No Níger rural, a formação por telemóvel, no âmbito do *Project Alphabétisation de Base par Cellulaire* (projeto de alfabetização básica por telemóvel) melhorou os resultados dos testes de escrita e matemática a adultos

em 20-25% relativamente aos programas tradicionais de alfabetização e aritmética elementar para adultos.

3. Os talentos africanos necessitam de poder deslocar-se facilmente em todo o continente para colmatar a escassez de competências. De acordo com o Índice de Abertura a Vistos em África, os cidadãos africanos ainda precisavam de visto para viajarem para 51% dos países africanos em 2017, face a 54% em 2016.

### **Desenvolver redes de produção regionais: reforçar as cadeias de valor, desenvolver normas e coordenar o investimento**

As ligações regionais são fundamentais para gerar economias de escala entre os países africanos, em vez de um jogo concorrencial de soma nula entre eles. Considerada individualmente, a maioria dos países africanos pode não oferecer economias de escala suficientemente grandes ou condições suficientes para atrair tanto IDE quanto os seus concorrentes mundiais. Por exemplo, o total das exportações da Etiópia de produtos têxteis e vestuário aumentou para USD 235 milhões em 2017, o que o torna o quinto maior exportador têxtil a nível mundial, no entanto, dificilmente consegue competir com o de Bangladesh com USD 37 mil milhões. Os países africanos terão de pensar globalmente e agir regionalmente para gerar mais escala.

As cadeias de valor regionais têm uma grande margem de crescimento uma vez que a utilização de recursos regionais permanece consideravelmente limitada. Por exemplo, os produtores africanos apenas obtêm 12.9% das suas matérias-primas na região, por comparação com 21.6% no Sudeste Asiático. A percentagem do valor acrescentado intra-africano das exportações é mais elevada na África Oriental, situando-se em 25%, impulsionada pelo desenvolvimento da Comunidade da África Oriental desde 2000. Em contrapartida, a percentagem do valor acrescentado intra-africano representa apenas 4% do valor acrescentado das exportações do Norte de África.

Várias comunidades económicas regionais africanas estão a trabalhar no sentido de reforçar cadeias de valor regionais estratégicas. Em especial, o Plano de Ação da Estratégia de Industrialização da SADC dá prioridade a seis clusters chave para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais: transformação agroalimentar; minerais e beneficiação mineral; produtos farmacêuticos; bens de consumo; automóveis e serviços modernos. O plano de ação identificou e avaliou projetos específicos para melhorar o alinhamento e a implementação de estratégias existentes (por ex., Programa de Modernização e Atualização da Industrialização e Estratégia de Beneficiação Mineral), desenvolver competências técnicas (por ex., os Centros de Excelência da SADC) e desenvolver o comércio de serviços. A implementação do plano de ação tem sido lenta, em parte devido à incerteza política e a um empenho irregular desde que a estratégia foi aprovada.

Uma análise comparativa e um acompanhamento sólido podem contribuir para apoiar o compromisso político de implementar estratégias regionais. Existem vários bons exemplos no continente:

- O quadro de resultados do Mercado Comum da Comunidade da África Oriental (CAO) acompanha os progressos dos países membros na eliminação das restrições legislativas e regulamentares à circulação de capitais, serviços e bens.
- A SADC está a acompanhar a implementação do seu *Policy Investment Framework* através de uma série de indicadores com base num quadro legislativo e de condições de investimento, nos resultados dos investimentos realizados e nos benefícios para o desenvolvimento.

As trocas regionais de matérias-primas podem ajudar a aproximar os pequenos produtores e a ligá-los às cadeias de valor regionais. As trocas regionais podem reduzir

os custos associados à identificação de novas oportunidades de mercado, custos de armazenamento, inspeção da qualidade do produto e prospeção de compradores ou vendedores. Por exemplo, graças a uma parceria com várias instituições financeiras, os agricultores da África Oriental podem depositar os seus cereais num armazém da *East African Exchange* (EAX) e utilizar o recibo dado por esta bolsa como garantia para empréstimos até 75% do valor do produto depositado. Desde a criação da EAX, os agricultores tiveram acesso a USD 4.7 milhões para melhorar as suas empresas agrícolas. No entanto, os volumes de transações da EAX continuam a ser limitados e, sobretudo, concentrados no Ruanda. No médio prazo, uma maior cooperação e coordenação entre países membros podem alargar a cobertura da bolsa, aumentar o volume de matérias-primas transacionadas e fomentar a criação de liquidez suficiente no mercado.

**A partir das especificidades locais os empresários africanos podem desenvolver novos produtos e mercados de nicho.** A diferenciação de produtos, a melhoria da qualidade e a certificação são essenciais para acrescentar valor à maioria das cadeias de valor agrícolas. Os sistemas de classificação de qualidade, a rotulagem e a certificação podem ajudar os países produtores a irem além do comércio tradicional de matérias-primas nos mercados mundiais de culturas agrícolas de elevado valor (por ex. café, chá, cacau), a aumentar as receitas das exportações e a melhorar a resiliência aos choques de preços. A cooperação entre pequenos produtores através de estruturas formais e informais pode também ajudá-los a tornarem-se mais produtivos e a realizar atividades com maior valor acrescentado (Ralanson, Milliot e Harson, 2018). As parcerias entre instituições públicas de investigação e empresas locais podem ajudar a identificar novos nichos. Por exemplo, o *Ghana Centre for Scientific Research into Plant Medicine* estabeleceu uma parceria com a *Kasapreko*, uma empresa local, para introduzir a *Alomo Band* (uma bebida alcoólica à base de ervas) que se tornou um grande êxito comercial no Gana e noutros mercados da África Ocidental.

**Os decisores políticos africanos podem atrair IDE de maior qualidade e adquirir novas capacidades identificando os respetivos fatores chave de atração para cada tipo de IDE.** Entre 2013 e 2017, os fluxos totais de entradas de IDE em África ascenderam a USD 51 mil milhões por ano e tiveram como destino principal a África Austral (USD 12.5 mil milhões por ano), o Norte de África (USD 12 mil milhões por ano) e a África Ocidental (USD 11.6 mil milhões por ano). O IDE pode ser enquadrado em quatro categorias com base nas motivações dos investidores: procura de mercado, procura de eficiência, procura de recursos naturais e procura de ativos estratégicos. Nos últimos anos, verificou-se uma deslocação das tendências de investimento direto estrangeiro da extração de recursos para a procura de mercado. Esta última motivação foi responsável por 53.4% dos novos projetos de IDE em África entre 2013-17. Ao redefinir os seus fatores de atração para cada tipo de IDE, os países podem atrair os investimentos melhor preparados para trabalhar com a mão-de-obra local e as empresas locais.

**As estratégias de IDE podem ser melhor coordenadas a nível regional, nacional e local para permitir que as empresas locais adquiram novas capacidades.** Num mundo globalizado em que a distância é cada vez menos um obstáculo, a concorrência por IDE entre cidades não acontece apenas a nível local, nacional ou regional, mas mundial. Por exemplo, nenhuma cidade africana está incluída entre as cinco principais concorrentes de Joanesburgo (Bogotá, Chicago, Istambul, Deli e Buenos Aires). As principais concorrentes do Cairo em termos de IDE encontram-se também fora do continente (Al Manamah, Vilnius, Lima, Kiev e Riade). Apenas Abidjan conta com três cidades africanas entre as suas cinco principais concorrentes (Kampala, Kigali e Dar es Salaam), seguidas de duas cidades não africanas (Vienciana e Lahore).

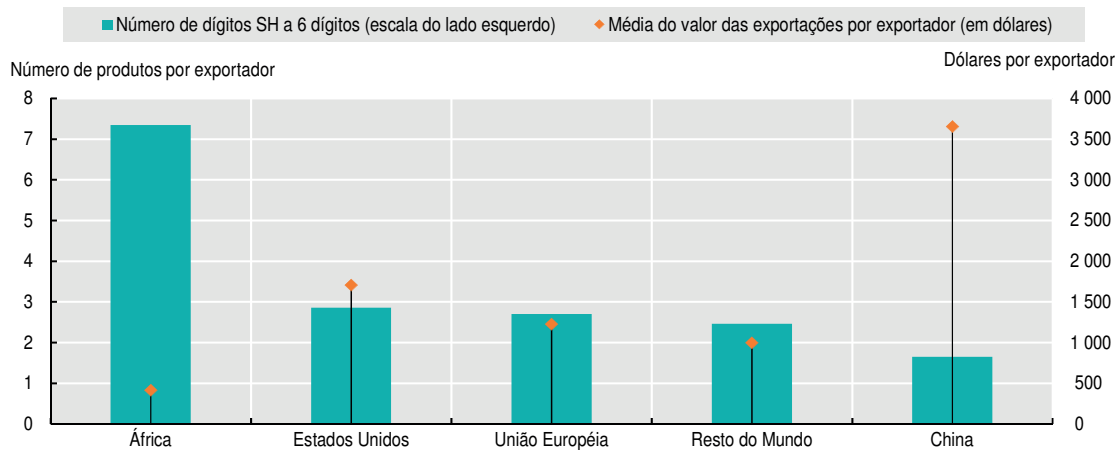
A cooperação regional é fundamental para evitar a “concorrência” entre países beneficiários de IDE que resultaria em menor bem-estar para os países abrangidas. Por exemplo, a SADC promoveu uma colaboração alargada em matéria de incentivos fiscais para reforçar ações regionais coordenadas e responder à questão da concorrência fiscal prejudicial. A criação de um programa de convergência fiscal regulamentar poderia harmonizar progressivamente as legislações, alinhar as regulamentações nacionais ou criar normas regionais.

**Desenvolver a capacidade das empresas para aproveitar o crescimento da procura: visar mercados específicos, melhorar a facilitação do comércio e eliminar barreiras não tarifárias ao comércio**

As estratégias de exportação têm de distinguir entre os desafios enfrentados pelas empresas que exploram mercados intra-africanos e mercados mundiais. Os exportadores africanos são segmentados pelos mercados de destino e as estratégias de exportação devem ter em conta os diferentes mercados. As exportações das empresas africanas para mercados intra-africanos são 4.5 vezes mais diversificadas do que as exportações para mercados extra-africanos, mas têm um valor 8.5 vezes inferior às exportações para a China (Figura 7). Estas diferenças refletem vários processos de seleção que atraem e retêm diferentes tipos de empresas em diversos mercados. Elas também aconselham a adoção de abordagens específicas para explorar os diferentes mercados de exportação, em vez de uma abordagem única à promoção das exportações. O conjunto das medidas de política pode variar, tanto em termos de âmbito de aplicação como de instrumentos:

- **O comércio intra-africano é essencial para diversificar os produtos e os destinos de exportação e para acumular novas capacidades, em particular para as PME.** A produção para mercados regionais permite às PME aumentar a sua capacidade de fornecimento e melhorar o seu processo de comercialização e distribuição num ambiente que conhecem bem. As empresas de maior dimensão podem também beneficiar de maiores economias de escala e gama. Por exemplo, as empresas senegalesas são 8% mais suscetíveis de passarem para produtos mais sofisticados quando exportam para o mercado regional do que quando exportam para mercados da OCDE. As medidas de política pública devem ter por objetivo tornar as trocas comerciais mais fáceis, reduzindo as incertezas associadas ao acesso ao mercado.
- **O comércio mundial continua a ser importante para o crescimento das exportações, bem como para a transferência de tecnologia.** O comércio mundial exige mais investimento fixo e operações de maior dimensão. Por conseguinte, tende a permanecer mais acessível às empresas africanas de maior dimensão ou já estabelecidas. Os governos poderiam reforçar a capacidade de as empresas anteciparem e responderem à alterações nas normas internacionais e na procura dos consumidores, facultando informações sobre os mercados de destino, disponibilizando soluções de financiamento do comércio, apoiando a promoção das marcas das PME e facilitando o acesso aos mercados de exportação através do comércio eletrónico.

Figura 7. Valores de exportação para África e outros mercados por exportador, em África



Nota: Ponderado pelo número de exportadores por país de origem.

Fonte: cálculos do autor com base em Banco Mundial (2019c), *Exporter Dynamic Database*.

StatLink <https://doi.org/10.1787/888933966675>

As políticas regionais podem alcançar alguns “benefícios rápidos” através da redução dos procedimentos administrativos e da promoção e racionalização dos serviços logísticos. Para além das tarifas aduaneiras, são essenciais procedimentos aduaneiros e portuários rápidos e eficientes para o bom funcionamento das cadeias de abastecimento. A harmonização dos procedimentos e regulamentações no setor dos transportes, a simplificação dos procedimentos aduaneiros e a melhoria da gestão dos serviços de transporte de mercadorias e de armazenamento através da concorrência nos serviços de logística regional poderão reduzir os custos de trânsito. Por exemplo, a implementação do Território Aduaneiro Único da CAO reduziu significativamente os tempos de trânsito e o custo das mercadorias que entram na CAO a partir de Mombaça em cerca de 50% e 30%, respetivamente.

Os decisores políticos africanos devem reforçar os incentivos à adoção de normas internacionais industriais e comerciais por parte das empresas locais. Apesar de terem triplicado desde 2000, em 2015 os países africanos registaram tantas certificações ISO como a Malásia. A evidência de empresas em 41 países africanos mostra que dispor de um certificado ISO está associado a um aumento de 77% das vendas por trabalhador nas empresas industriais e de 55% das vendas por trabalhador nas empresas de serviços. Os governos podem apoiar o desenvolvimento de instituições para a acreditação, ensaio e calibração em função da disponibilidade das capacidades existentes nestes domínios e das necessidades estimadas do sistema produtivo. Subsídios equivalentes ou empréstimos de baixo custo também podem ajudar as empresas a pagar os custos da certificação: adotar e manter a aplicação da norma ISO 14001 poderá custar entre 7 000 e 16 000 dólares. A nível regional, os governos podem harmonizar as normas regionais e acelerar a implementação de acordos de reconhecimento mútuo, como se verifica no Mercado Comum da África Oriental e Austral, na CAO, na Comunidade Económica dos Países da África Ocidental e na SADC.

No médio prazo, a melhoria das infraestruturas regionais pode reduzir os custos para as empresas e impulsionar o comércio e o crescimento económico em todo o continente. A transmissão e a produção de energia, as estradas, os portos e os sistemas de pagamento são particularmente importantes. Num cenário de fornecimento de energia plenamente integrado, os agrupamentos de empresas de energia podem gerar poupanças de USD 41 mil milhões por ano até 2040. Além disso, a estabilização do custo da energia conduziria a poupanças entre 6% (na África Austral) e 10% (na África Oriental) para os utilizadores finais, o equivalente a cerca de USD 10 mil milhões por ano. A má qualidade das infraestruturas de transporte em África é responsável por 40% dos custos logísticos nos países costeiros e 60% nos países sem litoral. A adoção de uma abordagem regional

à reforma das infraestruturas ajudaria a ultrapassar as ineficiências que emergem quando as barreiras formais ao comércio são eliminadas (por ex. tarifas aduaneiras e procedimentos administrativos).

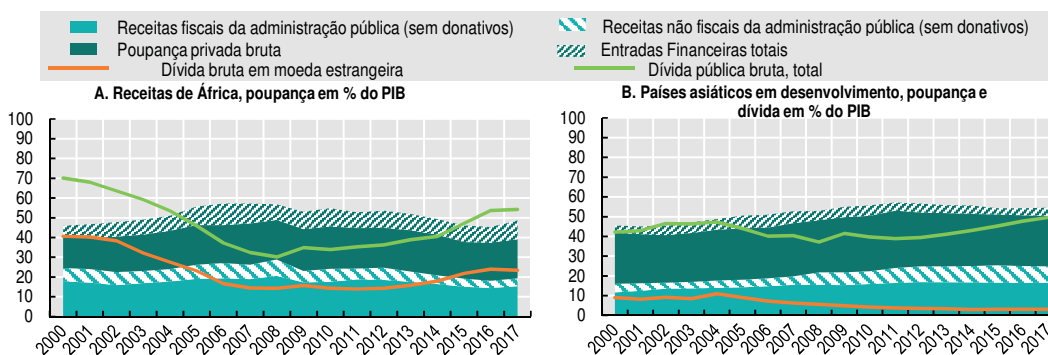
Para os exportadores intra-africanos, a eliminação das barreiras não tarifárias e a facilitação do comércio pode reduzir a incerteza, impulsionando o comércio regional e multiplicando os ganhos. Uma parte significativa dos custos comerciais que as empresas enfrentam decorre de barreiras não tarifárias, como barreiras administrativas e a aplicação não consistente de normas e regulamentos. A eliminação das barreiras não tarifárias no comércio intra-africano pode multiplicar os ganhos em termos de bem-estar por 5, passando de 0.65% para 3.15% do PIB. O investimento em infraestruturas transfronteiriças, multimodais e holísticas pode impulsionar o comércio e a integração regionais. Os decisores políticos podem centrar o investimento dos recursos disponíveis em corredores regionais dinâmicos para atrair investimento privado, como se verifica com o Corredor LAPSET (Quênia-Etiópia), o Corredor de Desenvolvimento de Maputo (Moçambique-África do Sul) e o Corredor de Walvis Bay (cinco países da SADC).

### As políticas de financiamento para a transformação produtiva requerem a mobilização de novos recursos

Por si só, a despesa pública não sustentará o investimento produtivo e a acumulação de capital no médio prazo. O número de países de rendimento baixo que se encontra em situação de sobre-endividamento ou que enfrenta um elevado risco de sobre-endividamento aumentou de 7 em 2013 para 16 em 2018. Cerca de 43% da dívida acumulada pelos governos africanos está denominada em moeda estrangeira face a 6.3% nos países asiáticos em desenvolvimento (Figura 8). A proporção da dívida africana detida por bancos privados e detentores de obrigações também aumentou, sendo que as maturidades relativamente mais curtas e as taxas de juro mais elevadas destas dívidas podem não corresponder às necessidades de financiamento de projetos de longo prazo.

Por conseguinte, a manutenção da dinâmica de crescimento em África exigirá também a mobilização de mais recursos provenientes da poupança interna e das remessas de emigrantes. As poupanças privadas ascenderam a USD 431.5 mil milhões em 2017, o que representa 19.7% do PIB do continente, que compara com 25.5% na Ásia. Contudo, as políticas públicas têm de incentivar o investimento em atividades que aumentem a produtividade e criem empregos (Quadro 4).

Figura 8. Receitas, poupança e dívida em África e nos países asiáticos em desenvolvimento



Fonte: Cálculos dos autores com base no FMI (2019), *World Economic Outlook* (base de dados).  
StatLink <https://doi.org/10.1787/888933966694>

Os governos africanos podem, simultaneamente, aumentar as receitas públicas e incentivar o crescimento do setor privado se seguirem políticas fiscais coerentes com a transformação produtiva. Estas políticas terão que encontrar um equilíbrio entre o aumento de impostos e o impacto positivo no ambiente de negócios.



- De um modo geral, os países africanos têm contado em larga medida com reformas do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) para aumentar os níveis de tributação. O aumento das receitas do IVA representou, em média, 32% do aumento total das receitas fiscais entre 2006 e 2016 nos 21 países incluídos nas *Revenue Statistics in Africa 2018* e, no caso de Marrocos, 93%. As reformas do IVA requerem um regime fiscal com capacidade para processar reembolsos atempadamente e para evitar a fraude – conforme se verifica na Zâmbia.
- É necessário dar maior atenção à mobilização do valor da terra no contexto da rápida urbanização de África. A África do Sul começou a utilizar um sistema informático para avaliações imobiliárias em larga escala para obter avaliações e impostos sobre imóveis mais eficientes. Melhorar a administração fundiária pode também envolver benefícios para além da arrecadação de impostos. Na Etiópia e no Ruanda, a certificação da propriedade das terras agrícolas aumentou a propensão para investir e, por conseguinte, a produtividade das terras agrícolas. Na Etiópia, a propensão para investir em medidas de conservação do solo e da água aumentou em 20-30%. No Ruanda, os agregados familiares registados mostraram uma propensão para investir duas vezes superior (10%) à dos agregados familiares cujas terras não estão registadas.
- Proporcionar incentivos para que as empresas e os indivíduos se registem junto do governo pode melhorar os registos públicos e o cumprimento das respetivas obrigações legais. Por exemplo, muitas pequenas empresas e microempresas que utilizaram os Centros de Ligação de Empresas da África do Sul para obterem contratos e trabalharem com grandes empresas começaram a operar como empresas informais e foram posteriormente formalizadas. O Serviço de Rendimentos da África do Sul reduziu os custos de conformidade em 22.4% após a introdução da declaração eletrónica.

**Quadro 4. Fluxos financeiros e receitas fiscais de África e poupanças privadas (dólares a preços correntes, mil milhões), 2000-17**

		Média 2000-04	Média 2005-09	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Fluxos financeiros externos</b>	Privados										
	Investimento direito estrangeiro	16.1	46.0	46.7	46.7	52.0	50.8	52.4	56.6	53.2	41.8
	Investimento de carteira	1.8	10.4	36.8	23.2	37.6	33.7	30.2	20.8	5.9	46.0
	Remessas	14.2	41.9	54.7	61.7	66.8	65.9	70.2	70.0	66.9	74.4
Públicos											
	Ajuda pública ao desenvolvimento	20.5	38.8	42.8	46.5	46.4	52.0	47.9	44.9	44.1	47.0
<b>Total de fluxos de entrada externos</b>		<b>52.5</b>	<b>137.1</b>	<b>181.0</b>	<b>178.2</b>	<b>202.8</b>	<b>202.4</b>	<b>200.7</b>	<b>192.4</b>	<b>170.0</b>	<b>209.1</b>
<b>Receitas fiscais</b>		<b>118.6</b>	<b>266.9</b>	<b>330.3</b>	<b>403.2</b>	<b>417.7</b>	<b>414.5</b>	<b>408.8</b>	<b>339.5</b>	<b>309.5</b>	<b>328.7</b>
<b>Poupança privada</b>		<b>130.8</b>	<b>299.1</b>	<b>423.5</b>	<b>448.5</b>	<b>475.0</b>	<b>508.0</b>	<b>516.2</b>	<b>427.3</b>	<b>418.8</b>	<b>431.5</b>

Fontes: Cálculos dos autores baseados no FMI (2019), *World Economic Outlook* (base de dados), OCDE-CAD (2018a), *International Development Statistics* (base de dados), OCDE-CAD (2018b), *Ajuda Programável por País* e Banco Mundial (2018), *Indicadores do Desenvolvimento Mundial* (base de dados).

### Transformação produtiva na África Austral

Desde 2000, o PIB da África Austral cresceu a uma taxa média anual de 3.4%, inferior à de outras regiões africanas. A tendência prosseguirá com um crescimento projetado para 2019-21 de 2.2% ao ano. Embora a África Austral pareça ter resistido ao impacto da crise financeira mundial e esteja em curso uma recuperação, as duas maiores economias da região (a África do Sul, que representou 63% do PIB da região em termos de paridade do poder de compra em 2018, e Angola) estagnaram desde 2013. Isto resultou numa diminuição da percentagem da África Austral no PIB africano, que passou de 27% em 2000 para 22% em 2017.

Os investimentos de carteira são os principais fluxos de financiamento externo na África Austral desde 2009. Situando-se nos USD 21 mil milhões, os investimentos de

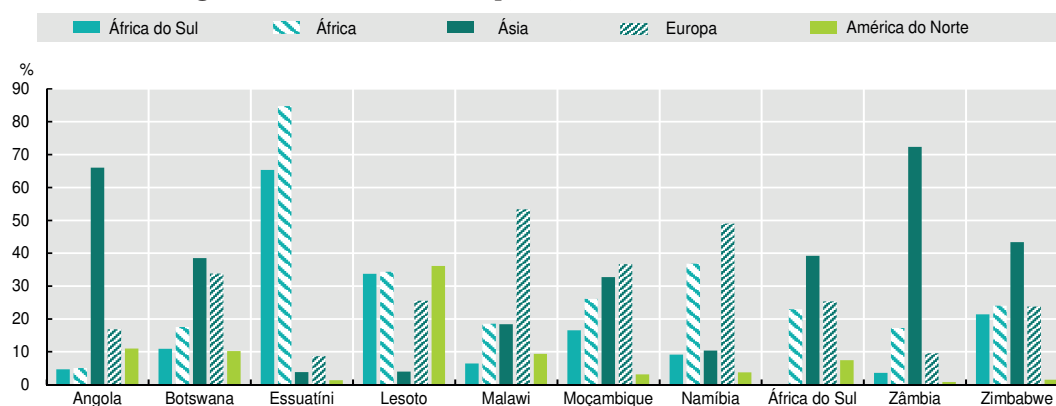
carteira representaram 59% do total de fluxos financeiros externos na região em 2017, acima da ajuda pública ao desenvolvimento que se situou em USD 6.9 mil milhões (19%), do IDE que totalizou USD 3.8 mil milhões (11%), e das remessas de emigrantes que totalizaram USD 3.7 mil milhões (10%). Joanesburgo atrai um investimento de carteira significativo: a *Johannesburg Stock Exchange (JSE)* é a maior bolsa de valores de África e o seu setor financeiro funciona como plataforma para os investimentos pan-africanos.

**A transformação da estrutura económica da África Austral tem sido limitada.** Desde 1990, o peso médio do valor acrescentado industrial no PIB da África Austral diminuiu de cerca de 20% em 1990 para menos de 10% em 2017, o que se traduziu numa perda de competitividade industrial e internacional. Os países da África Austral estagnaram no Índice de Desempenho Industrial Competitivo, situando-se, em média, no 103.º lugar entre 138 países. O impacto da região na produção e no comércio mundiais diminuiu devido ao crescimento mais rápido da produção industrial noutras regiões do mundo. Os principais constrangimentos são os défices em infraestruturas e uma escassez de competências para manter a competitividade dos setores tradicionais e desenvolver novas indústrias.

**A dependência dos recursos, a baixa criação de valor acrescentado e as poucas exportações de produtos baseados no conhecimento caracterizam a estrutura produtiva da região.** A dependência de recursos naturais não processados está a minar a capacidade de diversificação e a complexidade da indústria da África Austral. Os países da região enfrentam o desafio de realizar a transição desta trajetória de crescimento dependente das matérias-primas para economias industrializadas de valor acrescentado e conhecimento intensivo.

**A África Austral regista um reduzido nível de comércio intrarregional e uma ausência de conexões e de complementaridade regional.** A África do Sul é o principal destino da maioria das exportações intrarregionais pelo facto de os restantes países da região partilharem perfis de produção e de exportação similares entre si. O comércio regional na África Austral confronta-se com custos elevados para o transporte terrestre devido, em grande medida, à ausência de concorrência e a constrangimentos estruturais. Os estrangulamentos regulamentares e administrativos impõem custos adicionais ao comércio e aos transportes regionais. Nenhum dos países da África Austral integra a lista dos 100 países mais eficientes em termos de serviços aduaneiros.

Figura 9. Destinos das exportações da África Austral, 2016



Fonte: Cálculos do autor com base em Banco Mundial (2019a), *World Development Indicators* (base de dados).  
StatLink <https://doi.org/10.1787/888933966713>

**As políticas para a transformação produtiva têm de aumentar a produtividade e a competitividade resolvendo os défices em infraestruturas, em especial no setor da energia.** A região carece de uma oferta de energia suficiente para servir a crescente produção industrial e assegurar o acesso à energia da população, em contínuo crescimento. Embora a produção de eletricidade tenha aumentado, situa-se ainda no mesmo nível *per capita*

de 2007 devido ao crescimento populacional (FEM/Banco Mundial/BAfD, 2017). Na África do Sul, a empresa pública de eletricidade, Eskom, luta para dar resposta ao aumento da procura de energia e enfrenta dificuldades em cumprir o serviço da sua dívida, tendo os preços do carvão aumentado cerca de 50% nos últimos dez anos.

A região deve reforçar a participação nas cadeias de valor globais (CVGs) para ajudar a transformar a sua estrutura económica. A participação em cadeias de valor pode iniciar-se a nível regional e evoluir para um nível mundial. A África Austral pode reforçar as complementaridades entre os respetivos países criando um mecanismo para o financiamento de bens públicos regionais. Além disto, pode promover indústrias de ligação que forneçam ao setor da extração mineira os bens e serviços de que precisa para alcançar progressos industriais e tecnológicos. A maioria das economias dos países da África Austral baseia-se na exploração de minérios e metais, mas estas economias não estabelecem ligações entre a indústria de extração mineira e os serviços a montante e a jusante. Os países da região podem seguir o exemplo da África do Sul que desenvolveu indústrias de ligação ao setor mineiro e domina o mercado regional de bens de equipamento de mineração.

O desafio da África Austral consiste em encontrar a forma de melhorar as cadeias de valor regionais e o ponto de entrada nas CVGs. A participação da região nas CVGs aumentou significativamente ao longo da última década e é superior à do resto do continente. No entanto, a África Austral permanece sub-representada nas CVGs e está integrada de forma assimétrica. À exceção da África do Sul, os países mais integrados em CVGs são economias pobres em recursos com populações pequenas, como o Essuatíni e o Lesoto. A sua participação deve-se sobretudo à sua proximidade da plataforma regional, a África do Sul.

Quadro 5. Oportunidades e desafios das cadeias de valor na África Austral

Cadeia de valor	Oportunidades	Desafios específicos
Agronegócios (horticultura e açúcar)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O valor do comércio intrarregional no setor agroalimentar ultrapassa os USD 2.5 mil milhões e representa cerca de 28% das exportações da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A localização de algumas atividades de produção nem sempre se baseia nos princípios económicos de maior eficiência que pautam as cadeias de valor nos mercados atuais (por ex. Botswana, Namíbia).</li> <li>• As condições climáticas, a escala do mercado e um setor de bens e serviços intermédios pouco desenvolvido limitam o desenvolvimento no Botswana, o Lesoto, a Namíbia e a Essuatíni.</li> </ul>
Automóvel	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A África do Sul dispõe de uma indústria automóvel robusta.</li> <li>• A produção de bens e serviços intermédios já existe na região (por ex. baterias no Botswana, assentos automóveis fabricados no Lesoto).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de identificar nichos de mercado e matérias-primas e bens e serviços intermédios a preços competitivos.</li> <li>• Mercado de pequena dimensão.</li> <li>• Dependência da procura mundial.</li> </ul>
Carne	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A carne bovina é o pilar do setor agrícola no Botswana, na Namíbia e (em menor grau) no Essuatíni, constituindo igualmente uma parte significativa do setor agrícola da África do Sul.</li> <li>• O Botswana, a Namíbia e o Essuatíni dispõem de matadouros aprovados para exportações para a União Europeia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diferentes zonas veterinárias com diferentes estatutos no Botswana, Namíbia, África do Sul e Essuatíni, com exportações só autorizadas somente em zonas sem doenças.</li> <li>• Barreiras comerciais: monopólio à exportação no Botswana e proibição/restrições às exportações de gado vivo; regulamentos às importações pecuárias na África do Sul; proibição às exportações de alimentação animal da Zâmbia.</li> <li>• Elevados custos de transportes.</li> <li>• Baixa capacidade de utilização nos matadouros.</li> </ul>
Minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A maioria dos países da África Austral são economias baseadas na extração de minerais.</li> <li>• A criação de valor nos produtos minerais na região pode criar empregos, competências e aumentar as receitas das exportações (por ex. a Diamond Trading Company Botswana).</li> <li>• Podem ser criadas ligações entre empresas líderes mundiais e o setor privado local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Necessidade de uma coordenação e colaboração fortes com o setor privado.</li> <li>• As empresas que fornecem equipamento e serviços para a cadeia de valor mineral devem explorar a região como um mercado único.</li> <li>• Estratégias empresariais ineficientes, assimetrias de informação e baixa capacidade nos setores público e privado.</li> </ul>

### Quadro 5. Oportunidades e desafios das cadeias de valor na África Austral (cont.)

Têxteis e vestuário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Todos os países dispõem de alguma atividade no setor, embora a maioria da atividade na região esteja concentrada no Lesoto e na África do Sul.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso a tecidos.</li> <li>• Falta de competências ao nível da gestão técnica e intermédia.</li> <li>• Acesso a financiamento a taxas competitivas.</li> <li>• Elevados custos de transporte e ausência de celeridade/flexibilidade nos transportes.</li> </ul>
---------------------	--	--

Fonte: Compilação dos autores e Banco Mundial (2016), *Factory Southern Africa? SACU in Global Value Chains*.

A África Austral necessita de acelerar a negociação e a implementação de acordos de comércio livre que sejam suficientemente ambiciosos para incluir serviços. Os serviços têm vindo a crescer de forma significativa na região e são essenciais para atrair os investidores privados e para impulsionar o crescimento da indústria transformadora. Para o efeito, o Fundo de Desenvolvimento da SADC poderia financiar projetos integrados de infraestruturas de transportes e logística regionais. Estes incluem corredores de transportes para ligar os portos de mar com os portos interiores, em especial, no caso de países sem litoral. A SADC poderia também promover uma maior integração e harmonização dos sistemas financeiros e de pagamentos para facilitar a liquidação das faturas de comércio internacional.

As políticas para a transformação produtiva e a industrialização devem contemplar três domínios:

1. **A região necessita de aumentar a produtividade e a competitividade das empresas aumentando o acesso à energia e ao financiamento, melhorando as competências e encorajando iniciativas que ajudem as PME.**
  - a. No que diz respeito à energia, o Fundo de Infraestruturas da SADC poderia dar prioridade aos investimentos em infraestruturas, em especial, no setor da eletricidade, e em particular ao nível da capacidade de geração e das interligações aos restantes países onde o Fundo ainda não está operacional. Até o Fundo estar plenamente operacional, o Banco de Desenvolvimento da África do Sul necessita de ser apoiado enquanto instituição financeira seminal.
  - b. No que se refere ao acesso a financiamento para PME, é possível retirar lições do programa de aconselhamento pós-empréstimo a PME da Namíbia, que alargou o acesso financeiro das PME, mitigando o risco através da prestação de serviços de apoio ao desenvolvimento de negócios. Os dois principais bancos comerciais da Namíbia, o *Development Bank of Namibia* e o *Bank Windhoek*, asseguram às PME o acesso a financiamento em condições generosas. Este financiamento está associado a um programa de aconselhamento e assistência pós-empréstimo para melhorar as competências de gestão empresarial dos empreendedores com vista a diminuir o risco de incumprimento do empréstimo (BAfD/OCDE/PNUD, 2017). Adicionalmente, a região poderia implementar programas inovadores liderados pelo setor privado para mitigar os estrangulamentos no acesso ao financiamento. A Bolsa de Joanesburgo (JSE) estabeleceu a primeira plataforma de negociações orientada para as PME em 2003. Desde então foram cotadas mais de 120 empresas, um quarto das quais se “qualificaram” para a Administração da JSE. Outras bolsas de valores na região adotaram igualmente esta inovação.
2. **A África Austral deve apoiar iniciativas que melhorem as complementaridades regionais através da promoção de bens públicos regionais, incluindo a harmonização dos procedimentos aduaneiros e dos sistemas de pagamentos.** O Corredor de Desenvolvimento de Maputo, que liga a região de Gauteng na África do Sul ao porto de águas profundas de Maputo em Moçambique, constitui um exemplo de infraestrutura integrada que promove a conectividade das áreas rurais. O corredor é multimodal, integrando transporte rodoviário, ferroviário e marítimo. A

integração financeira está a realizar-se através do Sistema Integrado de Liquidação Eletrónica Regional da SADC, que utiliza o *rand* da África do Sul como moeda de pagamento. Em todo o continente a utilização do *rand* aumentou de 6.3% em 2013 para 7.2% em 2017.

3. **A região tem de criar as condições para uma melhor integração nas CVGs, desenvolvendo cadeias de valor regionais que potenciem a participação da África do Sul nas CVGs.** Para tal é necessário aliviar os constrangimentos existentes ao nível dos acessos e da capacidade tecnológica. A África Austral é um dos casos que tem o potencial latente de expandir as indústrias de ligação mineira a montante fornecendo, por exemplo, equipamento, veículos todo o terreno e bombas e válvulas. O Plano de Ação para a Estratégia de Industrialização da SADC dá prioridade a seis *clusters* chave para o desenvolvimento de cadeias de valor regional: produção agroalimentar, minerais e beneficiação mineral, produtos farmacêuticos, bens de consumo, automóveis e serviços modernos. O plano de ação identifica projetos específicos para alinhar e implementar melhor estratégias existentes (como o Programa de Modernização e Atualização da Industrialização e Estratégia de Beneficiação Mineral), desenvolver competências técnicas (p. ex. os Centros de Excelência da SADC) e promover o comércio de serviços. Outro caso é a Zâmbia, que promoveu ligações a montante e a jusante da indústria mineira formando a mão-de-obra através de um abrangente programa de formação técnica e profissional realizado em conjunto com o setor mineiro. Por último, a África Austral tem de facilitar as alianças público-privadas para aprofundar a integração regional e desenvolver capacidades tecnológicas através de centros de excelência.

### Transformação produtiva na África Central

A África Central registou uma dinâmica de crescimento positivo desde os anos de 2000, apesar da forte instabilidade. O crescimento anual do PIB em 2000-18 situou-se, em média, em 4.7%, com um abrandamento do crescimento estimado em 2019-21, para os 3.5%. O crescimento na África Central é mais volátil do que no conjunto do continente em geral e depende fortemente das condições económicas mundiais, tendo registado um máximo de 11.4% em 2004 antes de diminuir para 3.7% em 2006 (quase três vezes menos em dois anos). Esta forte instabilidade mantém-se ao longo do restante período de 2007-18, embora com um ciclo de crescimento correlacionado com o de África nas fases de ascensão e de recessão (um crescimento de cerca de 6% em 2013-15, seguido de um crescimento inferior a 3% em 2016-18). A exposição aos choques externos refletiu-se na diminuição das atividades entre 2008 e 2009, durante a crise financeira internacional, e em 2013, em resultado da descida dos preços do petróleo. A maior economia em termos de valor de paridade do poder de compra é o, que foi responsável por 31% do PIB da região em 2018, seguido pela República Democrática do Congo.

Entre 2010-17, a região recebeu USD 48.5 mil milhões em IDE, o valor mais baixo entre as regiões africanas e cerca de 12% do total de fluxos de IDE no continente. O IDE constituiu o principal fluxo financeiro externo em 2017, seguido pelo apoio público ao desenvolvimento que se situou nos USD 5.4 mil milhões (47%). As remessas e os investimentos de carteira representaram 3.2% e 1.9% do total dos fluxos financeiros externos respetivamente.

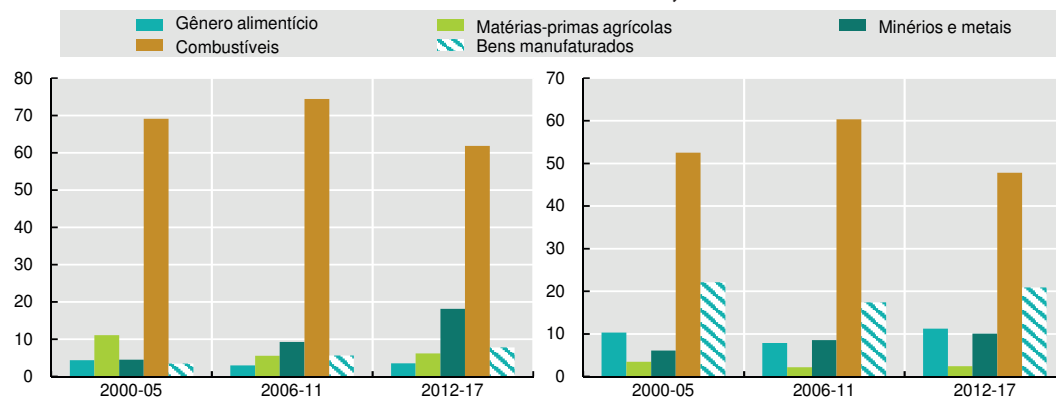
A região não registou nenhum aumento significativo no desenvolvimento da indústria transformadora ou do sector agrícola. Os recursos naturais explicam a dinâmica positiva da indústria, em especial ao longo do período de 2000-12, com uma contribuição para o PIB estimada em 45%, em 2011. Desde então, esta contribuição situou-se em torno dos 40%, com uma maioria de operadores estrangeiros. No final de 2016, somente quatro países dispunham de uma indústria transformadora com um peso superior a 10% do PIB: a República Democrática do Congo, a Guiné Equatorial e o Gabão com cerca de 18%

e o Camarões em 15%. A agricultura contribuiu negativamente para o crescimento do PIB, tendo apresentado a taxa de crescimento mais baixa quando comparado com o desenvolvimento do setor noutras regiões. No entanto, o peso da agricultura na economia da África Central, de 16.1 %, permanece acima da média africana de 15.8%. O setor terciário representou entre 36% a 37% do PIB em 2000-13 e depois 42.5% em 2016 (por comparação com uma média de 52% no conjunto de África), ultrapassando a percentagem da indústria. Todavia, estes serviços continuam a ter um baixo valor acrescentado, uma vez que são sobretudo de comércio a retalho.

O ambiente institucional e a qualidade das infraestruturas estão a prejudicar a transformação produtiva da África Central. De todas as regiões do continente, a África Central é a que mais carece de infraestruturas básicas, em particular de eletricidade e transportes, dois elementos que as empresas consideram estar entre os principais obstáculos. As taxas de eletrificação variam entre 83% no Gabão e apenas 5.6% no Chade, mas a média regional está próxima da de África que se situa em cerca de 30%. Somente 1 em cada 100 pessoas possui uma linha telefónica fixa, em comparação com 3 em África. A criação de *clusters* de competências, de tecnologia e de inovação requer enormes investimentos públicos e privados em pesquisa, investigação e desenvolvimento (I&D). As universidades interestaduais entre os Camarões e a República do Congo, e a instituição pan-africana da União Africana constituem exemplos disso mesmo. Embora onerosa, a I&D tem de ser uma prioridade devido ao seu papel no estabelecimento de cadeias de valor regionais em setores que podem explorar matérias-primas produzidas na região (Quadro 6).

O nível de concentração das exportações das diferentes economias continua muito alto, sendo que apenas cinco produtos representam mais de 75% das exportações. O petróleo representa quase metade das vendas ao estrangeiro (47.7%), seguido do cobre refinado e por ligas de cobre (16.4%). A região também enfrenta uma concentração muito elevada de parceiros comerciais. Os cinco principais mercados (China, Estados Unidos, Espanha, França e Itália, por esta ordem) são os destinos de mais de 60% do total de exportações. A especialização produtiva, com base no petróleo, está a perder terreno porque em alguns casos cria receitas que não geram valor acrescentado ou empregos.

Figura 10. Percentagem de tipos de produtos nas exportações da África Central e de África, 2000-17



Fonte: Cálculos do autor com base em UNCTAD (2019), UNCTADStat (base de dados).  
StatLink <https://doi.org/10.1787/888933966732>

O comércio intrarregional na África Central não ultrapassa 3% do total. Todos os países da região são membros da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), uma zona de comércio livre criada em 1983. Para além dos problemas estruturais comuns a todas as regiões africanas (por ex., falta de infraestruturas, tarifas comerciais elevadas e baixa diversificação), a fragilidade do comércio regional pode ser explicada pela forte dependência das matérias-primas e pelos consequentes baixos níveis

de complementaridade. Uma vez que as matérias-primas não são transformadas, a sua integração na economia mundial pode verificar-se ao nível mais baixo da cadeia de valor (Quadro 6).

As vantagens comparativas da região estão sobretudo em produtos de baixo valor acrescentado. Em média, a África Central exporta mais matérias-primas do que qualquer outra região do mundo. Uma análise do nível de sofisticação da estrutura produtiva confirma esta situação. De igual modo, nenhum país da região dispõe da capacidade de produzir bens com um elevado conteúdo em conhecimento. Os valores do Índice de Complexidade Económica dos Camarões (-1.65), do Congo (-1.28) e do Gabão (-1.43) são bastante inferiores à média de África (-1.02). A forte extroversão das economias e um baixo nível de complementaridade dos produtos exportados dificultam o desenvolvimento do comércio regional. A dinâmica positiva do setor industrial é impulsionada pelas indústrias de extração mineira em detrimento da indústria transformadora.

Quadro 6. Oportunidades e desafios das cadeias de valor na África Central

Cadeia de valor	Oportunidades	Desafios específicos
Algodão/têxteis	<ul style="list-style-type: none"> <li>As grandes marcas de vestuário poderiam eventualmente realocar-se indo à procura de mão-de-obra barata e de matérias-primas de melhor qualidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar as fábricas têxteis no Chade e a capacidade de produção na região.</li> </ul>
Frutas (bananas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>A região poderia concentrar-se em três produtos finais: bebidas naturais, frutos secos e reciclagem de resíduos para produção de fertilizantes orgânicos e naturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar as ligações nas cadeias de valor, desenvolver um marketing coletivo, penetrar em cadeias de valor elevado e melhorar as técnicas de transformação.</li> </ul>
Produtos petrolíferos	<ul style="list-style-type: none"> <li>O petróleo oferece oportunidades de produção em diversos setores (têxteis, embalagens, materiais de construção, asfalto para estradas...).</li> <li>Já existem várias refinarias: uma cadeia de valor mais abrangente poderia ser alargada a outras regiões e integrar a Nigéria.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilizar formação de qualidade na área petroquímica.</li> </ul>
Processamento de madeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os produtos florestais são diversos (<i>ayous</i>, <i>okoumé</i>, <i>sapelli</i>, etc.).</li> <li>É possível um grande leque de atividades: construção, pasta de papel, mobiliário, energia, etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a capacidade de transformação (serragem, descasque e corte de árvores para contraplacados e folheados), dominada por empresas informais.</li> <li>Valorizar mais o <i>know-how</i> tradicional.</li> <li>Assegurar a sustentabilidade da exploração de madeira para evitar a desflorestação e desenvolver ecossistemas sustentáveis.</li> </ul>

A transformação da estrutura económica da África Central exige políticas adequadas e estruturais:

1. Criação de complementaridades e economias de escala através da integração das capacidades de produção e aproveitando as semelhanças dos perfis de exportação na região. As iniciativas em curso incluem: uma estratégia regional de industrialização; o desenvolvimento do setor privado e a diversificação económica; estratégias de promoção das cadeias de valor do café e do óleo de palma; e outras iniciativas no domínio da segurança alimentar e do desenvolvimento rural no quadro do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura na África Central e da Iniciativa Centro-Africana do Algodão (BAfD, 2019). Contudo, estes esforços exigem uma implementação firme e os resultados devem ser monitorizados e avaliados.
2. Aumento do acesso à energia numa região com um enorme potencial. O principal potencial da região situa-se ao nível da energia hidroelétrica, mas grandes projetos como a extensão da barragem Inga 3 ainda não se concretizaram. A região tem também um grande potencial de energia eólica e solar e poderia inspirar-se no reforço da central fotovoltaica Noor em Marrocos. Contudo, a instabilidade política e a falta de transparência têm prejudicado o investimento e os financiamentos no

setor energético, uma vez que as garantias para o investimento de capital a longo prazo nem sempre são satisfeitas. A nível regional, a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) criou recentemente uma Política Energética da África Central para 2035 com vista a assegurar uma infraestrutura energética fiável e eficiente para a integração da região (BAfD, 2019). O Grupo de Energia da África Central pretende criar um mercado energético regional através de conexões físicas (por ex., linhas de transmissão) e de regulamentação harmonizada. Entre os resultados alcançados até a data incluem-se um Código de Contratação Pública de Eletricidade da África Central e um fundo de desenvolvimento para o setor da eletricidade da região.

3. **Reforço do capital humano e adaptar a formação profissional ao mercado de trabalho.** O desfasamento entre a oferta e a procura no mercado de trabalho resulta em taxas de desemprego muito diversas em função do nível de escolaridade e formação. Uma plataforma poderia permitir aos operadores privados manifestarem as suas necessidades de formação, o que seria depois tido em consideração no desenvolvimento de programas de formação. A implementação destes instrumentos poderia ser realizada no âmbito de um quadro concertado com a União Africana através da sua Estratégia para a Ciência, Tecnologia e Inovação para África 2024 ou da Estratégia Continental para a Educação e a Formação Técnica e Profissional para Promover o Emprego dos Jovens. Uma política de educação ambiciosa a um nível mais estrutural para a África Central poderia envolver a escolaridade obrigatória até aos 16 anos, bem como disposições específicas para incentivar a educação das raparigas. Na República Democrática do Congo, por exemplo, a estratégia setorial da educação e da formação 2016-25 (*Stratégie setorielle de l'éducation et de la formation*) aumenta a escolaridade obrigatória para oito anos.
4. **Desenvolvimento de normas e padrões regionais.** Os países da África Central enfrentam dificuldades em harmonizar as suas normas regionais devido à falta de instituições regionais. Apenas três países dispõem de um organismo nacional de normalização operacional: o Camarões, a República Democrática do Congo e o Gabão, enquanto a República Centro-Africana e o Congo estão a criar um nestes moldes (ONUUDI, 2014). Na região existem demasiadas instituições que estabelecem normas locais, o que cria dificuldades às PME para o cumprimento de normas de qualidade devido aos custos elevados e longos procedimentos envolvidos. A simplificação dos requisitos e regulamentos em matéria de certificação, nomeadamente nos domínios da saúde dos consumidores e das normas fitossanitárias e técnicas poderia promover o comércio intrarregional e a qualidade das exportações.
  - a. O investimento em grande escala em infraestruturas de transportes impulsionaria a atividade do setor privado. A região pode beneficiar de iniciativas continentais, como o Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África. Por exemplo, o projeto rodoviário e ferroviário Kinshasa-Brazzaville já planeado poderia atenuar os estrangulamentos logísticos do rio Congo e suportar, potencialmente, 3 milhões de passageiros e 2 milhões de toneladas de mercadorias por ano até 2025. Os corredores comerciais na região estão ainda numa fase embrionária, mas a CEEAC está a trabalhar no desenvolvimento de corredores multimodais para impulsionar a conectividade dos transportes (BAfD, 2019). Um destes é o Corredor Central, que reduziu os custos de ligação da África Central ao Oceano Índico, ligando a República Democrática do Congo ao porto de Dar es Salaam (Tanzânia) por via rodoviária, ferroviária e por vias de navegação interiores através do Burundi, do Ruanda e do Uganda (CCTTFA, 2019).



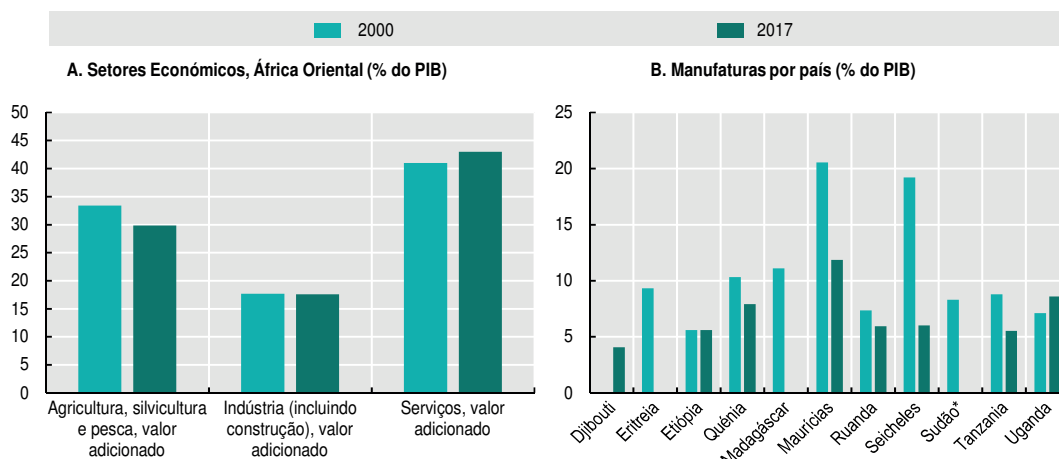
- b. Avançar com os planos da CEEAC para harmonizar a regulamentação e desenvolver uma rede regional de fibra ótica permitiria fechar o fosso na área da conectividade digital com o resto de África. O nível de utilização da *internet* na África Central continua baixo, assim como o acesso à rede de banda larga. A taxa de penetração de telemóveis é superior, situando-se em 76%, face a quase 96% a nível continental. O investimento em tecnologias móveis é aquele que tem o potencial de oferecer resultados mais imediatos em termos de inclusão digital, bem como de prestação de serviços baseados em plataformas móveis. Entre as principais iniciativas regionais a desenvolver incluem-se: adotar leis-quadro em matéria de telecomunicações, de TIC e de ciber segurança, assim como um quadro regulamentar das interligações transfronteiriças, atrair investidores estrangeiros para as infraestruturas de TIC e de segurança (na sequência da Declaração de Brazzaville) e criar pontos de troca de tráfego de *internet* regionais (BAfD, 2019).

### Transformação produtiva na África Oriental

A África Oriental registou um crescimento sustentado do PIB de 5.2% entre 2000-18, estimando-se que mantenha uma taxa de crescimento semelhante (4.9%) até 2021. Este crescimento é o segundo maior e o mais estável entre as cinco regiões africanas, ultrapassando a média africana em mais de meio ponto percentual. Este crescimento mais estável deve-se, em grande medida, à dependência relativamente baixa da região das matérias-primas, à rápida expansão das exportações, à crescente procura local e à importância do investimento público. Ao mesmo tempo, o crescimento continua a ser desigual entre os países. Um ligeiro abrandamento recente do crescimento (para cerca de 5%) é atribuível a uma diminuição da produção agrícola provocada pela seca que se verificou em 2016 no Quênia, no Ruanda e no Uganda e à instabilidade política na Somália e no Sudão do Sul. A maior economia da região é a Etiópia, que foi responsável por 22% do PIB regional em termos de paridade do poder de compra em 2018.

Ao longo das duas últimas décadas, a contribuição setorial para o PIB alterou-se. Os serviços tornaram-se o maior setor da economia regional, representando 43% do PIB em 2017. A agricultura representa 30% do PIB, ou seja, aproximadamente o mesmo que na mudança do século. Embora a indústria transformadora tenha estado a crescer em termos absolutos, a percentagem de seu peso no valor acrescentado total diminuiu quatro pontos percentuais desde 2000, situando-se agora em 7% do PIB (Figura 11).

Figura 11. Percentagem setorial do produto interno bruto na África Oriental



Fonte: Cálculos do autor baseados em Banco Mundial (2019a), *World Development Indicators* (base de dados).  
StatLink <https://doi.org/10.1787/888933966751>

**Os governos introduziram reformas para promover a integração e facilitar o comércio.** No entanto, o ambiente de negócios, no seu conjunto, tem de melhorar. A sobreposição das diferentes comunidades económicas regionais reunindo diferentes países impede uma integração mais profunda. Exceções notáveis em termos do ambiente de negócios são as Maurícias e o Ruanda, que ocupam respetivamente os 20.º e o 29.º lugares a nível mundial no *Doing Business Index* do Banco Mundial. Em contrapartida, a Eritreia, a Somália e o Sudão do Sul ocupam os últimos dez lugares a nível mundial. Estas questões continuarão a condicionar o crescimento do comércio intrarregional e a emergência de cadeias de valor regionais.

**Ao longo das duas últimas décadas, a percentagem peso das exportações no PIB diminuiu de 19% para 14%, não obstante o crescimento dos serviços.** Os serviços representam atualmente mais de 50% do total de exportações. Os principais setores de exportação de serviços na região incluem o turismo, os transportes, as TIC e as atividades financeiras. O peso das exportações agrícolas e de minerais aumentaram ao longo do tempo, situando-se em 26% e 6%, respetivamente, em 2017. Por outro lado, as exportações da indústria transformadora passaram de 20%, há uma década, para 12% em 2017, apesar dos esforços dos países da África Oriental para desenvolver a sua base industrial. As economias emergentes (ou seja, a China, a Índia e os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático) tornaram-se parceiros comerciais mais importantes. Em 2017, estes países representaram 33.6% do comércio total de algumas das principais economias da África Oriental (região da CAO, Etiópia e Maurícias) face a 12.8% em 2001. A título de comparação, a União Europeia diminuiu de 32.9% em 2001 para 16.3% em 2017.

**Os países estão a conquistar vantagens comparativas em setores e produtos semelhantes, limitando o papel que o comércio intrarregional pode desempenhar na diversificação das exportações.** As semelhanças em termos de vantagem comparativa revelada e de fatores produtivos, como acontece na produção de vidro e de metais, assim como no processamento de pedra, impedem os países de avançarem para níveis mais elevados de complexidade económica. Os países da região não produzem bens complexos e, à exceção do Uganda, não estão a avançar para níveis mais elevados de complexidade. A análise comparativa de um conjunto de países selecionados da África Oriental face a outras economias emergentes – Botswana, Brasil, Chile, China, Egito, Coreia e Vietname – revela um desempenho heterogéneo. De um modo geral, os países da África Oriental estão a perder terreno em matéria de complexidade relativamente à maioria dos restantes países. Apesar do crescimento económico robusto da região, o seu valor em termos de complexidade não está a acompanhar outros países emergentes.

**A região apresenta uma classificação baixa nos indicadores de competitividade global, situando-se nos níveis inferiores dos índices globais de competitividade, capital humano e inovação.** As Maurícias são o único país da região com uma classificação acima da média global, tendo atingido os 63.7% em 2018. A evolução das Maurícias é impulsionada pela maior abertura ao exterior, por uma política fiscal favorável às empresas e por melhorias na governação e na prestação dos serviços públicos. Quanto aos indicadores de corrupção, a maioria dos países da África Oriental tem também uma classificação fraca e, em alguns casos, está mesmo a regredir (como a Eritreia, Madagáscar, a Somália, o Sudão e o Uganda). A produtividade de uma criança nascida em 2018 será de apenas 43% do seu potencial máximo caso usufrísse de uma educação completa, em perfeitas condições de saúde. Este valor é superior à média da África Subsariana, que é de 39%, mas inferior à média global do continente de 57%. No tocante à inovação, os países da África Oriental apresentam um desempenho apenas ligeiramente superior à média continental. Em média, a região gastou anualmente 0.27% do PIB em I&D entre 2000-16, abaixo da meta da Agenda 2063 de 1%.

Os países da África Oriental devem continuar a implementar reformas que aumentem a competitividade do setor privado e apoiem o seu crescimento. A nível nacional, é necessário dar seguimento à reforma e a apoiar as empresas, tomando como exemplo as melhores práticas da região, como é o caso das Maurícias ou do Ruanda. A nível regional, os governos da África Oriental devem dar prioridade a projetos que permitam obter maiores economias de escala e melhorar a competitividade regional. Por exemplo, a dimensão regional deve incluir uma integração mais forte para reduzir os custos e o tempo de transporte de mercadorias na região à semelhança do Território Aduaneiro Único da Comunidade da África Oriental. Os países podem cooperar mais para assegurar maior complementaridade e coerência entre as políticas nacionais e regionais. A implementação do Território Aduaneiro Único da CAO reduziu significativamente os tempos de trânsito e os custos das mercadorias que entram na CAO a partir de Mombaça em cerca de 50% e 30%, respetivamente. Por último, o crescimento futuro através de setores altamente produtivos, incluindo a indústria transformadora, deverá ser complementado pelas chamadas “indústrias sem chaminé”, como as TIC e os serviços às empresas, os agronegócios e a horticultura (Quadro 7).

**Uma maior competitividade a nível nacional e regional pode ser alcançada através de:**

1. **Melhoria do ambiente de negócios e da disponibilização de apoio às empresas.** Alguns países da região estão muito atrasados no *Doing Business Index* do Banco Mundial, enquanto outros se encontram entre os mais fortes a nível global. A melhoria do ambiente de negócios é um processo dinâmico e os governos devem procurar continuamente abordagens inovadoras para permanecer na fronteira das reformas empresariais. Um poderoso motor de capacitação é a promoção de interações entre empresas no âmbito das cadeias de fornecimento. As empresas líderes aplicam, em geral, normas internacionais rigorosas no seu aprovisionamento, expondo assim os produtores locais aos requisitos exigidos na exportação. A zona económica especial de Kigali (KSEZ) contribuiu significativamente para o desenvolvimento económico do Ruanda desde a sua criação em 2013. As empresas que se deslocam para a KSEZ tendem a registar um aumento das vendas de 206%, um aumento do valor acrescentado de 201% e um aumento adicional de 18% do número de trabalhadores permanentes, comparativamente a empresas semelhantes que não se deslocaram para a referida zona económica. A melhoria das infraestruturas é fundamental para fomentar a atividade empresarial na região. Na CAO, um aumento em 10% dos investimentos na infraestrutura rodoviária poderia contribuir para aumentar as exportações de produtos transformados em quase 37%.
2. **Aumento do investimento em capital humano e promoção da I&D e a adoção de novas tecnologias.** A transformação produtiva exige que os países envidem esforços para integrar, facilitar e aplicar a utilização de tecnologias para transformar de forma produtiva o capital humano e a governação e para melhorar a produtividade das indústrias. O papel crescente da tecnologia nas empresas significa que cada vez mais um maior número de empregos (mesmo os pouco qualificados) exige competências cognitivas mais avançadas. Os setores público e privado dos diferentes países têm de trabalhar tanto em parceria como individualmente para assegurar as estruturas de saúde e de educação necessárias ao desenvolvimento de trabalhadores saudáveis, qualificados e com perfis diversificados. Além disso, os acordos de reconhecimento mútuo (ARM) que abrangem qualificações académicas e serviços profissionais reforçam a mobilidade do capital humano. Por exemplo, no âmbito da CAO estão em vigor ARM que reconhecem a validade dos títulos académicos de toda a região e permitem aos cidadãos exercer profissões reguladas noutros países.

3. **Desenvolver a cooperação regional como forma de gerar ganhos de eficiência e de competitividade.** A cooperação regional na África Oriental tem o potencial de gerar ganhos de eficiência a nível nacional, assim como de melhorar consideravelmente a competitividade. O reforço da competitividade regional através de projetos específicos, para além da integração comercial e de mercado, permite que os países cooperem ao um nível operacional sem necessidade de aprofundar a integração. Os exemplos práticos incluem:

- A livre circulação de pessoas na CAO: todos os países à exceção de um dispõem de regimes de isenção de vistos para todos os cidadãos deste grupo de países. A livre circulação de pessoas aumentou as deslocações africanas para o Ruanda em 22% e contribuiu para o crescimento do seu comércio bilateral com o Uganda e o Quênia em 50%.
- A introdução de um visto de turismo único na África Oriental: este visto deverá impulsionar a circulação de turistas entre os diferentes países da região.
- O Território Aduaneiro Único da CAO e a introdução de postos fronteiriços únicos: a Comunidade da África Oriental (CAO) dispõe de pessoal plenamente operacional e formado em 13 postos fronteiriços únicos desde novembro de 2018, o que contribuiu para reduzir os tempos e os custos de trânsito.
- A regulamentação das taxas aplicáveis às chamadas de telemóvel transfronteiriças e às transações monetárias móveis.
- Os regimes comerciais simplificados do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e da CAO para os pequenos comerciantes.
- A Bolsa de Mercadorias da África Oriental: a bolsa pode ajudar a integrar os pequenos agricultores nas cadeias de valor agrícolas.

Quadro 7. Oportunidades e desafios das cadeias de valor na África Oriental

Cadeia de valor	Oportunidades	Desafios específicos
Agronegócios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valor acrescentado através de instrumentos de propriedade intelectual, tais como marcas e indicações geográficas (por ex., a Iniciativa de Licenciamento e Marca do Café Etíope).</li> <li>• Posição da África Oriental como produtor de qualidade de flores e outros produtos (por ex., chá, café).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a rastreabilidade e a qualidade ao longo da cadeia de valor.</li> <li>• Garantir que os agricultores se beneficiem de melhores preços de exportação.</li> <li>• Mecanismos de apoio financeiro a investidores, uma vez que os retornos dos investimentos podem demorar algum tempo.</li> </ul>
Serviços financeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tirar partido da cotação transfronteiras das bolsas de valores e do intercâmbio regional de mercadorias já em vigor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar um acesso mais alargado ao financiamento para as PME e as famílias, incluindo as mulheres.</li> <li>• Custos e encargos administrativos elevados e ausência de harmonização entre países.</li> </ul>
TIC/economia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Boas infraestruturas de TIC e penetração dos telemóveis.</li> <li>• Potencial de integração através de plataformas de pagamentos digitais/móveis já largamente utilizadas.</li> <li>• Ecossistemas existentes para a criação de start-ups no domínio das TIC (por ex., no Quênia, no Ruanda e no Uganda).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relativamente ao comércio eletrónico, os impactos negativos das ineficiências logísticas e de infraestruturas no transporte de mercadorias na região.</li> <li>• Necessidade de nova legislação e regulamentação, por ex. em matéria de cibersegurança, pagamentos online, servidores e privacidade.</li> </ul>
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento das receitas das exportações (as receitas do turismo representaram quase 50% das receitas totais com a exportação de serviços no Uganda em 2016 e o turismo é atualmente o maior setor de exportação do Ruanda).</li> <li>• Expansão do transporte aéreo (<i>Ethiopian Airlines, Kenya Airways e RwandAir</i>).</li> <li>• Redução das barreiras administrativas à entrada de turistas (visto à chegada, visto único de turismo na África Oriental).</li> <li>• Promoção do turismo ecológico e preservação de sítios ecológicos, melhor valorização dos costumes tradicionais, da vida selvagem e do património nacional.</li> <li>• Criação de empregos para trabalhadores não qualificados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custos administrativos, ausência de infraestruturas em áreas remotas.</li> <li>• Formação e promoção necessários ao aumento da visibilidade da África Oriental como destino turístico (pacotes regionais).</li> <li>• Questões de segurança em alguns países.</li> </ul>

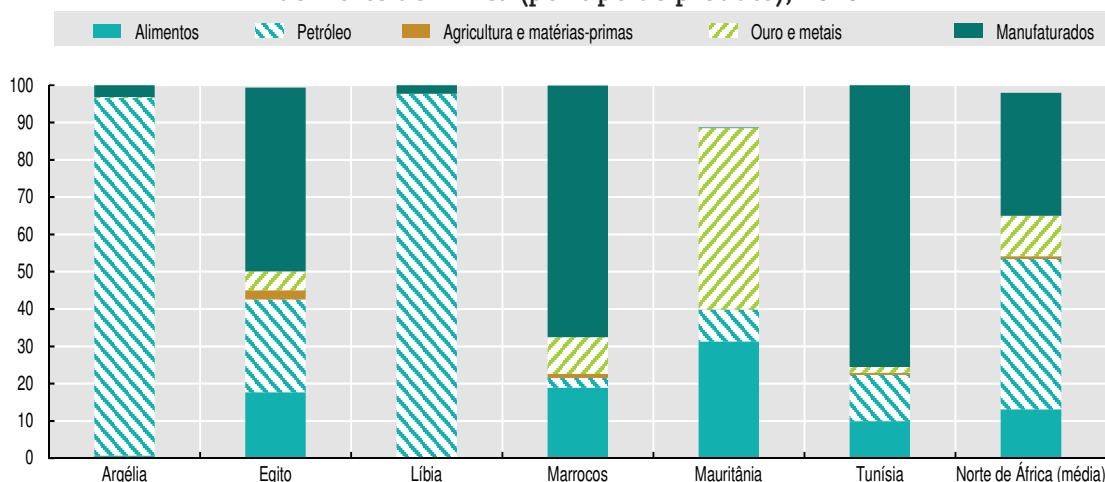
## Transformação produtiva no Norte de África

Em 2000-18, o crescimento do Norte de África foi de 4%, estimando-se que acelere para 4.4% ao ano em 2019-21. A região ainda não conseguiu manter um crescimento forte e estável devido a uma série de obstáculos: instabilidade dos preços do petróleo, baixos níveis de precipitação, tensões políticas e ataques terroristas (Egito, Líbia e Tunísia). A acumulação de capital e o aumento da despesa pública impulsionaram o crescimento desde meados da década de 2000, à semelhança da procura interna. A maior economia da região é o Egito, que é responsável por 52% do PIB regional em termos de paridade do poder de compra em 2018.

Os recursos externos (remessas e IDE) aumentaram, embora tenham registado uma ligeira diminuição em 2015-17. Uma grande diáspora fora da região contribui com remessas substanciais que, por vezes, ultrapassam 5% do PIB, e atingiram um máximo de 8.4% na Tunísia entre 2015 e 2017, ao contrário da Argélia onde ficam pelos 0.5%. À exceção de Marrocos, o stock de IDE está, em grande medida, concentrado no mesmo setor. No que diz respeito à Argélia, ao Egito e à Tunísia, cinco setores representam mais de 90% do IDE sendo a indústria o mais atrativo. No Egito, o setor petrolífero recebeu a maioria do IDE devido à zona económica estabelecida pela China. De um modo geral, a indústria da construção, as telecomunicações e o turismo são setores igualmente atraentes para o IDE. Este não é, contudo, o caso do setor agrícola, devido ao risco climático.

Os países do Norte de África caracterizam-se por cabazes de exportações pouco diversificados, pela dependência dos recursos minerais e por uma especialização limitada. O petróleo, os seus derivados e os produtos de baixo valor acrescentado dominam as vendas ao estrangeiro (Figura 12). Por exemplo, a Argélia e a Líbia ocupam os 18.º e o 21.º lugares do mundo no que se refere à produção de petróleo e 95% das suas exportações são derivados de petróleo. As suas economias têm uma base estreita e são vulneráveis a choques externos. À exceção de Marrocos, os outros países do Norte de África também exportam petróleo, mas em menor grau. A indústria transformadora é o setor de especialização nos países não exportadores de petróleo: ao longo do período 2010-1, 75.5% das exportações da Tunísia foram bens manufacturados, em Marrocos estas exportações representaram 67.5% do total das exportações e no Egito, 49.3%.

Figura 12. Peso médio das exportações de mercadorias nos países do Norte de África (por tipo de produto), 2010-17



Fonte: Cálculos do autor com base no Banco Mundial (2019), World Development Indicators (base de dados).  
StatLink <https://doi.org/10.1787/888933966770>

Os países da região não tiram pleno partido do comércio internacional. Apenas 26.2% das exportações do Norte de África se destinam a países de rendimento baixo, das quais 3.9% à África Subsariana. A fraca integração regional é o resultado de estratégias que favorecem a integração norte-sul mais do que a integração sul-sul. No entanto, a percentagem de importações chinesas aumentou de forma consistente entre 2010 e 2015 (14.7%), antes de diminuir entre 2016 e 2017. O comércio intrarregional representou apenas 4.7% do comércio total entre 2010 e 2017, abaixo do comércio entre outros grupos de países em África, o que pode ser explicado pela limitada complementaridade das estruturas de exportação dos países da região.

O Egito, Marrocos e a Tunísia diversificaram as suas exportações. O Egito é o país com o conjunto de exportações mais diversificado, com 242 produtos que representam cerca de 90% das vendas ao estrangeiro. As oportunidades de diversificação das exportações são limitadas na Argélia, na Líbia e na Mauritânia devido à dependência das matérias-primas. Além disso, à exceção de Marrocos e da Tunísia, existem poucos produtos de valor acrescentado elevado entre as exportações da região com evidentes vantagens comparativas.

**A região deve resolver os seguintes desafios para conseguir alcançar uma transformação produtiva:**

- 1. A transformação produtiva requer não apenas a diversificação dos produtos, mas também a melhoria da qualidade.**
  - Atualmente, a exportação de bens de alta tecnologia continua a ser incipiente em toda a região, exceto em Marrocos e na Tunísia, onde as exportações de alta tecnologia representaram 5.6% e 5.4% do total das suas exportações, respetivamente, em 2010-16. Para que os países transformem com êxito as suas estruturas económicas, devem adotar as tecnologias necessárias para o desenvolvimento de bens sofisticados.
  - A melhoria da qualidade pode ocorrer rapidamente através do desenvolvimento de *clusters* conforme se verificou no Egito, em Marrocos e na Tunísia. Por exemplo, a Zona Económica do Suez permitiu ao Egito subir na cadeia de valor da indústria petrolífera (perfurações e componentes). Zonas semelhantes surgiram na Mauritânia (mineração), em Marrocos e na Tunísia (indústria transformadora) e na Argélia e na Líbia (petróleo). Em contrapartida, a indústria das pescas da Mauritânia continua subdesenvolvida, exposta à concorrência estrangeira e assente em embarcações de pesca artesanal e nas exportações de peixe não transformado (cerca de 20-40% do total das exportações face a menos de 10% das capturas transformadas).
- 2. As políticas públicas podem reforçar o capital humano através do apoio à I&D e do fomento da inovação através do financiamento e de transferências de tecnologia.**
  - O *cluster* de Bizerte na Tunísia, por exemplo, integra uma plataforma de tecnologia agroalimentar, uma rede de parceiros de “Agro’tech” e 150 hectares de área industrial. Por outro lado, tornar a agricultura mais competitiva exige a utilização de TIC na tomada de decisões, na gestão da irrigação, no controlo de fertilizantes e na prevenção de doenças. Outra inovação bem-sucedida é o programa de codificação “Tunicode” da empresa GS1 Tunísia, que fornece códigos de barras para produtos locais de acordo com as normas GS1. O projeto Oum-Er-Rbia em Marrocos fornece serviços de irrigação e melhora o acesso dos agricultores à tecnologia, ao financiamento e aos mercados agrícolas.

- Estas iniciativas podem ser acompanhadas por orientação profissional, sistemas de informação para antecipar melhor as competências necessárias no mercado de trabalho e ligações mais fortes entre as associações empresariais e o Estado. Por exemplo, no setor automóvel marroquino, as associações empresariais criaram comités de trabalho para recomendar políticas específicas ao governo (criação de laboratórios de ensaio, subsídios à investigação e incentivos financeiros destinados a empresários), o que se traduziu numa mão-de-obra mais instruída e altamente qualificada. O OCP (*Office chérifien du phosphate*) em Marrocos integra as empresas locais nas suas atividades a montante e desenvolve as competências dos trabalhadores, oferecendo contratos às PME locais no setor da construção, subcontratação e engenharia industrial.
3. **O fomento do comércio entre o Norte de África e outras regiões africanas requer normas harmonizadas e melhores infraestruturas.** Os governos têm de eliminar as barreiras à livre circulação de bens e serviços (em particular, as barreiras não tarifárias). A introdução de acordos de reconhecimento mútuo – como ocorre em blocos regionais como o COMESA, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a SADC – poderia ajudar a acelerar a harmonização de normas técnicas e de saúde. No que se refere à infraestruturas, estão em curso grandes projetos de autoestradas transafricanas, como a autoestrada Cairo-Dakar ou a autoestrada de Argel-Lagos. Além disso, estão a ser planeadas novas linhas de transporte marítimo, como a de Wazzan II em Marrocos e outra na Tunísia, que ligarão a região à África Ocidental. O porto de Alexandria, no Egito, regista uma percentagem elevada (60%) de entradas e saídas de comércio externo todos os anos. Em 2015, foi lançada a Estratégia do Porto de Alexandria 2035 destinada a expandir a área portuária e a modernizar as infraestruturas, entre as quais novos terminais de carga, centros de logística e uma zona económica especial.
  4. **Por último, é fundamental melhorar a segurança e o ambiente de negócios.** O ambiente de negócios foi afetado negativamente pela Primavera Árabe. Em todos os países, as empresas são confrontadas com problemas que afetam a sua competitividade, nomeadamente a transferência de propriedade, o financiamento, a corrupção e o incumprimento dos pagamentos. Embora Marrocos e a Tunísia estejam a melhorar neste domínio, é necessário realizar grandes progressos nos domínios do empreendedorismo e da legislação em matéria de insolvência, em especial na Argélia, na Líbia e na Mauritânia. Os progressos necessários poderão ser alcançados através de uma melhor regulamentação do mercado de trabalho, da proteção da propriedade intelectual, de um maior acesso à informação, de uma simplificação dos procedimentos administrativos e da prevenção dos monopólios.
  5. **De igual modo, os governos devem promover a elaboração de regulamentação e documentos oficiais coerentes.** A estabilidade orçamental deve prevalecer sobre as isenções temporárias concedidas a determinados investidores. Para além de códigos de investimento atrativos, devem ser promovidos incentivos fiscais para as parcerias público-privadas (PPP). Os códigos governamentais e a legislação em matéria de investimento existentes, em especial no Egito, em Marrocos e na Tunísia são favoráveis aos investidores estrangeiros, mas devem ser melhorados para permitir a estes países integrarem cadeias de valor regionais e mundiais. O modelo de PPP para a construção da central fotovoltaica “Noor” em Ouarzazato, Marrocos, pode constituir um exemplo de como atrair parceiros estrangeiros.

Quadro 8. Oportunidades e desafios das cadeias de valor no Norte de África

Cadeia de valor	Oportunidades	Desafios específicos
Aeronáutica	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proximidade geográfica aos líderes da indústria e existência de plataformas locais de montagem industrial (Midparc e Nouacer em Marrocos, Aéroport M'Ghira na Tunísia).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de desenvolver competências em matéria de conceção, modelização e produção de protótipos.</li> <li>Necessidade de infraestruturas logísticas apropriadas, necessárias para o IDE em atividades de elevado valor acrescentado.</li> </ul>
Agronegócios	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presença de <i>clusters</i> de transformação industrial; produção diversificada; e uma procura crescente de qualidade por parte dos mercados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de desenvolver conjunto de técnicas de distribuição (marketing, criação de marcas, certificações).</li> </ul>
Automóvel	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ligações a atividades de montagem para atrair mais investidores e melhorar a produtividade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa competitividade da indústria, uma vez que a integração em CVGs se baseia em custos baixos e em tecnologias de montagem de nível médio</li> </ul>
Energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilidade em recursos naturais (petróleo, gás e exploração mineira).</li> <li>Produção de petróleo (bruto e refinado) e gás natural para abastecer instalações fabris (por ex., plásticos e materiais compósitos, fibras sintéticas e tecidos para a indústria de vestuário).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>É necessário criar/expandir a capacidade das unidades de refinação nos países exportadores (Argélia, Egito e Sudão) e nos países importadores líquidos de petróleo (Marrocos e Tunísia).</li> </ul>
Têxteis/vestuário	<ul style="list-style-type: none"> <li>Proximidade geográfica à União Europeia e acordo de comércio livre com os Estados Unidos.</li> <li><i>Know-how</i> acumulado.</li> <li>Disponibilidade de matérias-primas na maior parte da região (lã, algodão, etc.).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de visar nichos específicos para subir ao longo da cadeia para segmentos de maior valor acrescentado (conceção, criação de marcas, marketing, etc.).</li> </ul>

### Transformação produtiva na África Ocidental

A África Ocidental caracteriza-se por um elevado crescimento económico, apesar da vulnerabilidade a choques externos e às flutuações económicas da Nigéria. No período de 2000-18, o crescimento médio do PIB situou-se nos 5.9%, com taxas de crescimento mais elevadas até 2014 registando, posteriormente, um abrandamento devido à diminuição dos preços das matérias-primas (em especial do petróleo). Apesar do rápido crescimento demográfico, o PIB *per capita* aumentou a uma taxa de 3.1% ao ano desde 2000, a taxa mais elevada do continente (cuja média foi de 2%). Enquanto exportador de matérias-primas não transformadas (cacau, algodão, borracha, urânio, petróleo), a África Ocidental depende da economia mundial e continua vulnerável a choques externos. O desempenho regional depende também da Nigéria, e da sua produção de petróleo, que é responsável por 67% do PIB da região em termos de paridade do poder de compra e acolhia 52% da população da região em 2018.

As remessas dos emigrantes representaram 45% dos fluxos financeiros externos na África Ocidental em 2017. As remessas para a África Ocidental aumentaram de USD 27.3 mil milhões em 2011 para USD 31.5 mil milhões em 2017, aumentando para mais de USD 32 mil milhões em 2018. Em 2018, setenta por cento (70%) do total das remessas da África Ocidental foram enviados para a Nigéria. Alguns países são altamente dependentes das remessas, como Cabo Verde, a Gâmbia e a Libéria, cujas remessas representam 12.5%, 14.4% e 17.7% do PIB, respetivamente.

Existe margem para o aumento das receitas fiscais. As receitas fiscais da região atingiram USD 41.8 mil milhões em 2017, um valor semelhante ao da África Oriental, de USD 40.4 mil milhões, mas que é menos de metade do total das receitas fiscais no Norte de África e na África Austral. As reformas fiscais recentes incluíram políticas para alargar a base fiscal através da reforma do IVA (Togo), a simplificação dos sistemas tributários (Senegal), assim como uma comunicação com os contribuintes e uma cobrança fiscal mais eficientes. Por exemplo, a Côte d'Ivoire cobra um imposto fixo às empresas abaixo de um determinado limiar de receitas para incentivar o cumprimento e alargar a base tributável no setor informal (OCDE, 2016).



A transformação produtiva na região continua a ser limitada e enfrenta uma série de desafios. Apesar de várias iniciativas de desenvolvimento industrial, a indústria não cresceu e representa cerca de 20% do PIB regional (e a indústria transformadora apenas 9.3% do PIB). A percentagem da agricultura no PIB diminuiu 3.1 pontos percentuais na última década – por oposição ao crescimento que teve na maioria das regiões. Os serviços aumentaram 3 pontos percentuais, mas menos do que a média continental de 3.8 pontos percentuais. O crescimento da produtividade total dos fatores diminuiu desde 2000 devido, sobretudo, a um desenvolvimento tecnológico insuficiente. A região também ficou atrás da média mundial em matéria de inovação, competitividade global, intensidade na inovação e valor acrescentado da indústria transformadora.

O comércio intrarregional continua a ser limitado e os cabazes de exportações não são diversificados. Menos de 15% dos bens formalmente comercializados permanecem na região, apesar dos esforços desenvolvidos no seio da CEDEAO para expandir o comércio intrarregional. Em 2016, as matérias-primas não transformadas representaram 75% das exportações da região para outros continentes. A União Europeia e a China são os principais parceiros comerciais da África Ocidental, representando 32.6% e 13.5% do comércio da região, respetivamente. Em média, cinco produtos compõem mais de 75% das exportações regionais. O Senegal tem o cabaz de exportações mais diversificado, com 28 produtos que perfazem 90% das suas exportações. Entre 2007 e 2017, apenas quatro países (Guiné, Libéria, Níger e Togo) conseguiram diversificar os seus cabazes de exportações. Estes resultados díspares sublinham o sucesso limitado das estratégias seguidas até agora para uma transformação produtiva.

A África Ocidental é um dos principais exportadores de várias matérias-primas. Para 13 produtos agrícolas, entre 5 e 9 países da África Ocidental figuravam entre os 20 maiores produtores mundiais em 2017 (Quadro 9). A região possui o quase monopólio da produção mundial da castanha de *karité*, *fonio* e inhame, com quotas de produção superiores a 90%. A região também é líder na produção de cacau, castanha de caju e mandioca. No entanto, tal característica não se traduziu num aumento da complexidade ou do valor acrescentado dos produtos exportados.

Quadro 9. Produtos para a potencial criação de cadeias de valor na África Ocidental

Produtos	Produção total, 2017 (em milhares de toneladas)	Percentagem da África Ocidental na produção mundial (em %)	Número de países da África Ocidental entre os 20 principais produtores mundiais
<i>Fonio</i>	671.4	99.9	9
Castanha de caju, com casca	1 410.5	35.5	9
Castanha de <i>Karité</i>	548.2	99.9	7
Inhames	67 309.3	92.2	7
Milho-miúdo	9 128.0	32.1	7
Quiabo	2 722.4	28.2	7
Amendoim, com casca	6 006.6	12.8	7
Noz-de-cola	228.4	84.0	5
Feijão-frade, seco	6 177.9	83.4	5
Cacau, grão	3 302.3	63.5	5
Mandioca	96 223.9	33.0	5
Borracha, natural	849.6	6.0	5
Óleo de palma	14 789.0	4.7	5

Cinco grandes conjuntos de políticas podem ajudar a acelerar a transformação produtiva na África Ocidental. A região tem muita experiência na implementação de políticas industriais desde a década de 1960, que oferecem várias lições. A cooperação regional é importante para conceber e implementar estratégias, podendo ajudar a prevenir os riscos significativos decorrentes do desemprego jovem, da fragilidade institucional e da insegurança, e das alterações climáticas.

1. **Continuar a explorar as vantagens comparativas para o desenvolvimento do setor industrial e o reforço das complementaridades regionais.** Os países da África Ocidental que apresentem uma complementaridade elevada devem coordenar os seus esforços de produção. A Côte d'Ivoire e o Gana estão a trabalhar em conjunto para transformar os grãos de cacau localmente, uma vez que os dois países exportam entre 45% e 65% do cacau de todo o mundo. A promoção de cadeias de valor regionais no sector agrícola requer uma boa gestão da produção e a aquisição de tecnologias que assegurem a valorização dos produtos agrícolas. O Senegal criou cinco centros de serviços agrícolas intensivos, centrados na formação de agricultores com dez hectares de terra, no acesso a água, na disponibilização de armazéns para as colheitas, bem como recursos para comercialização e embalagem.
2. **Responder às necessidades das empresas em setores industriais que geram externalidades fortes para a economia.**
  - a. O aumento da produtividade e da competitividade das empresas exige um melhor acesso a competências, energia, financiamento e terra. A melhoria da educação e da formação profissional pode ajudar a satisfazer as necessidades do mercado de trabalho, especialmente tendo em conta a escassez de mão-de-obra em profissões técnicas. O crédito a médio e longo prazo aumentou, representando para 42% do total dos empréstimos concedidos em 2015. No entanto, o acesso ao financiamento ainda necessita de ser melhorado, em especial para as PME. As taxas de juro e os requisitos das garantias continuam a ser demasiado elevados, dissuadindo o investimento em setores produtivos que necessitam de capital de longo prazo.
  - b. Os decisores políticos devem continuar a promover a integração do setor financeiro regional. A utilização do franco da África Ocidental (XOF) aumentou para os pagamentos comerciais intra-africanos (isto é, entre bancos) de 4.4% em 2013 para 7.3% em 2017. As trocas regionais (existências e matérias-primas) podem também ajudar a criar mercados financeiros mais integrados e profundos. As iniciativas destinadas a aumentar o acesso aos sistemas de pagamentos eletrónicos dos consumidores dos países da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) diminuíram as taxas sobre transações para transações de baixo valor em 25% e aumentaram o número de operações com cartão em, pelo menos, 10% ao ano (CEA/UA/BAfD, 2010).
3. **Reforçar o acesso aos mercados nacionais, regionais e continentais através do desenvolvimento de infraestruturas de transportes e serviços de logística competitivos.**
  - a. Iniciativas como o corredor Abidjan-Lagos devem ser reforçadas e generalizadas. Criado como uma autoridade independente, o corredor visa facilitar o comércio entre a Côte d'Ivoire, o Gana, o Togo, o Benim e a Nigéria (de oeste para leste). O projeto já reduziu o tempo de permanência nos portos e de passagem nas fronteiras, assim como o número de postos de controlo na maioria dos países membros (OCAL, 2018). O Programa de Desenvolvimento da Comunidade da

CEDEAO planeia outras intervenções, incluindo a autoestrada Lagos-Dakar, o nó ferroviário Cotonou-Niamey-Ouagadougou-Doris-Abidjan e a ferrovia Ouagadougou-Bamako. A ponte Senegambia construída recentemente facilita as viagens entre a Gâmbia e o Senegal, eliminando a necessidade de esperar pelo transporte por *ferry*, que atrasava os transportadores em cerca de uma semana (Jahateh, 2019).

- b. O desenvolvimento de infraestruturas portuárias e de portos de águas profundas reduzirá os custos de transporte e fomentará o comércio.** Os países estão a realizar reformas: a Côte d'Ivoire expandiu recentemente o porto marítimo de águas profundas de Abidjan (em cooperação com a China) e a Nigéria construiu zonas económicas especiais, como a base logística LADOL no porto de Lagos. No entanto, nenhum porto da África Ocidental se posiciona entre os 70 melhores do mundo, sendo que a Nigéria é um dos países da região com menor capacidade de movimentação de contentores.
- c. As barreiras comerciais regionais têm de ser eliminadas.** A simplificação dos requisitos das regras de origem e a otimização dos regimes comerciais preferenciais ao nível da CEDEAO podem ajudar as empresas da África Ocidental a comercializar – e a crescer – mais facilmente. Por exemplo, a probabilidade das empresas senegalesas continuarem a exportar para todos os países da CEDEAO é 6% menor à probabilidade das mesmas empresas exportarem para os 5 países vizinhos.
- 4. Facilitar a integração nas cadeias de valor regionais e globais.** Os produtos alimentares transformados e a valorização do setor mineiro poderiam oferecer melhores oportunidades de sucesso (Quadro 10).

Quadro 10. Oportunidades e desafios das cadeias de valor na África Ocidental

Cadeia de valor	Oportunidades	Desafios específicos
Produtos de mandioca	<ul style="list-style-type: none"> <li>O facto de a África Ocidental representar um terço da produção mundial.</li> <li>Elevado potencial de lucro devido à crescente procura de produtos de mandioca.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de expandir as capacidades de transformação industrial para acompanhar o crescimento da procura.</li> <li>Necessidade de incentivar a instalação de indústrias transformadoras na proximidade das principais áreas de produção agrícola.</li> </ul>
Indústria do cacau	<ul style="list-style-type: none"> <li>O facto de a Côte d'Ivoire e do Gana representarem 50% da produção mundial de cacau em grão.</li> <li>Oportunidade de criar uma zona económica especial transfronteiriça.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de desenvolver atividades e serviços que criem mais valor acrescentado (criação de marcas, marketing, transformação, controlo de qualidade, etc.).</li> </ul>
Setor mineiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abundância de recursos minerais (ferro, cobre, níquel, carvão, petróleo e ouro).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar as competências locais e as ligações industriais.</li> <li>Basear as políticas de transformação local em atividades que tenham um forte "efeito de incentivo" para o resto da economia.</li> </ul>
Arroz	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorias significativas na produtividade do arroz nos últimos anos.</li> <li>Aumento do consumo anual de arroz na região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Necessidade de melhorar as infraestruturas para assegurar uma melhor ligação da produção excedentária ou das áreas de transformação aos principais mercados.</li> <li>Desenvolver variedades locais de arroz.</li> </ul>
Manteiga de <i>karité</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os sete maiores países produtores estão localizados na África Ocidental.</li> <li>Reinvestimento das receitas geradas por outros tipos de atividades económicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atualmente é exportada em bruto, embora pudesse ser transformada localmente, gerando emprego e recursos financeiros sustentáveis.</li> </ul>

**Assegurar a coerência entre as políticas nacionais e regionais.** Uma abordagem harmonizada pode estimular a competitividade das exportações e otimizar a complementaridade industrial entre os países que produzem as mesmas matérias-primas. A região já realizou progressos notáveis na livre circulação de pessoas, fazendo

com que todos os países da CEDEAO autorizem viagens sem visto na região. No entanto, os obstáculos administrativos à livre circulação de bens na África Ocidental continuam a ser demasiado elevados. Nas principais estradas da região existem quatro pontos de controlo a cada 100 km, que constituem, frequentemente, fontes de pequena corrupção. Este número é da mesma ordem de magnitude nos eixos rodoviários da UEMOA assim como nos que ligam os outros países da CEDEAO.

### Nota

1. O relatório The Collaborative for Frontier Finance (CFF, 2018) define pequenas empresas em crescimento como “empresas, comercialmente viáveis, com 5 a 250 trabalhadores com um potencial significativo e ambição de crescimento”.

### Bibliografia

- ACBF (2019), *The Africa Capacity Report 2019*, Africa Capacity Building Foundation, <https://elibrary.acbfpact.org/acbf/collect/acbf/index/assoc/HASH01e2/dd4b8476/1ef025af/0542.dir/ACR19%20English.pdf>.
- Ashiagbor, D. et al. (2018), “Financing infrastructure in Africa”, in *Banking in Africa: Delivering on Financial Inclusion, Supporting Financial Stability*, European Investment Bank, [www.eib.org/attachments/efs/economic\\_report\\_banking\\_africa\\_2018\\_en.pdf](http://www.eib.org/attachments/efs/economic_report_banking_africa_2018_en.pdf).
- AUC/OCDE (2018), *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, Publicações OCDE, Paris/AUC, Addis Ababa, <https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>.
- BAfD (2019), *Central Africa Economic Outlook 2019*, African Development Bank, Abidjan.
- BAfD/OCDE/PNUD (2017), *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2017-en>.
- Banco Mundial (2019), *World Development Indicators* (base de dados), <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/> (acesso em maio de 2019).
- Banco Mundial (2017), *Global Investment Competitiveness Report 2017/2018: Foreign Investor Perspectives and Policy Implications*, World Bank Group, Washington, DC, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/28493/9781464811753.pdf>.
- Banco Mundial (2016), *Factory Southern Africa? SACU in Global Value Chains*, World Bank, Washington, DC.
- CCTTFA (2019), *Central Corridor Transport Observatory Report 2018*, Central Corridor Transit Transport Facilitation Agency, Dar es Salaam.
- CEA/CUA/BAfD (2010), *Assessing Regional Integration in Africa IV: Enhancing Intra-African Trade*, United Nations Economic Commission for Africa, Addis Ababa, [www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/aria4full.pdf](http://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/aria4full.pdf).
- CFF (2018), *The Missing Middles: Segmenting Enterprises to Better Understand Their Financial Needs*, Collaborative for Frontier Finance, [www.dalberg.com/system/files/2018-11/Missing\\_Middles\\_CFF\\_Report.pdf](http://www.dalberg.com/system/files/2018-11/Missing_Middles_CFF_Report.pdf).
- Conference Board (2019), *Total Economy* (base de dados), <https://www.conference-board.org/data/economydatabase/> (acesso em maio de 2019).
- Crunchbase (2019), *Crunchbase Pro* (base de dados), [www.crunchbase.com/search-home](http://www.crunchbase.com/search-home) (acesso em 13 de março de 2019).
- FEM/BM/BAfD (2017), *The Africa Competitiveness Report 2017: Addressing Africa's Demographic Dividend*, World Economic Forum, Genebra, [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_ACR\\_2017.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_ACR_2017.pdf).
- Fernandes, A., C. Freund and M. Pierola (2016), “Exporter Behavior, Country Size and Stage of Development: Evidence from the Exporter Dynamics Database”, *Journal of Development Economics*, Vol. 119, pp. 121–137.
- FMI (2019), *World Economic Outlook, April 2019* (base de dados), International Monetary Fund, Washington, DC, [www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2019/01/weodata/index.aspx](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2019/01/weodata/index.aspx) (acesso em 23 de maio de 2019).
- Jahateh, L. (2019), “Trans-Gambia bridge a boon for trade, but a blow for local traders”, Reuters, [www.reuters.com/article/us-gambia-senegal-bridge/trans-gambia-bridge-a-boon-for-trade-but-a-blow-for-local-traders-idUSKCN1PP1ZZ](http://www.reuters.com/article/us-gambia-senegal-bridge/trans-gambia-bridge-a-boon-for-trade-but-a-blow-for-local-traders-idUSKCN1PP1ZZ) (acesso em 17 de junho de 2019).
- Kouassi, R. (2015a), *L'Afrique : un géant qui refuse de naître – La solution, c'est de tout reprendre à zéro*, L'Harmattan.

- Kouassi, R. (2015b), *La Côte d'Ivoire de notre rêve : comment peut-elle éclore ?*, L'Harmattan.
- Kouassi, R. (2008), *Les chemins du développement de l'Afrique*, L'Harmattan.
- MSCI (2019), *MSCI Global Market Accessibility Review 2019*, MSCI, [https://www.msci.com/documents/1296102/1330218/MSCI\\_Global\\_Market\\_Accessibility\\_Review\\_June\\_2019.pdf/014c03fe-a7c1-a4ce-65f7-5b186c935224](https://www.msci.com/documents/1296102/1330218/MSCI_Global_Market_Accessibility_Review_June_2019.pdf/014c03fe-a7c1-a4ce-65f7-5b186c935224).
- OCAL (2018), *Projet de Facilitation du Commerce et du Transport sur le Corridor Abidjan-Lagos : Synthèse An 7*, Abidjan-Lagos Corridor Organisation, Cotonou, [www.corridor-wa.org/index.php/actualite-de-l-organisation/activites-recentes/item/download/26\\_c4f9f43a0ea4045f1a7bff782ce3cd82](http://www.corridor-wa.org/index.php/actualite-de-l-organisation/activites-recentes/item/download/26_c4f9f43a0ea4045f1a7bff782ce3cd82).
- OCDE (2018), *Trade in Value Added* (base de dados), OCDE, Paris, <http://oe.cd/tiva> (acesso em 1 de fevereiro de 2019).
- OCDE (2016), *Multi-dimensional Review of Côte d'Ivoire: Volume 3. From Analysis to Action*, OECD Development Pathways, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264258501-en>.
- OCDE/ATAF/CUA (2018), *Revenue Statistics in Africa 2018*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264305885-en-fr>.
- OCDE-CAD (2018a), *International Development Statistics* (base de dados), [www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm](http://www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm) (accessed in May 2019).
- OCDE-CAD (2018b), *Country Programmable Aid* (base de dados), [www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/cpa.htm](http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/cpa.htm) (accessed in May 2019).
- ONUDI (2014), *Renforcement des Capacités de l'infrastructure de la Qualité dans les Pays de l'Afrique Centrale*, United Nations Industrial Development Organization, Bangui, [https://open.unido.org/api/documents/5026452/download/PIQAC\\_Project%20Document.pdf](https://open.unido.org/api/documents/5026452/download/PIQAC_Project%20Document.pdf).
- Page, J. and M. Söderbom (2015), "Is small beautiful? Small enterprise, aid and employment in Africa", *African Development Review*, Vol. 27/1, pp. 44-55.
- Primi, A. (2016), "A policy assessment and guidance tool to improve the effectiveness of production transformation strategies", *Production Transformation Policy Reviews (PTPRs)*, DEV/GB(2016)2, OECD Development Centre, Paris, [www.oecd.org/dev/Session2\\_PTPR.pdf](http://www.oecd.org/dev/Session2_PTPR.pdf).
- Ralandison, G., E. Milliot and V. Harison (2018), "Les paradoxes de l'intégration coopérative : une approche fondée sur la sociologie de la traduction", *Revue française de gestion*, Vol. 2018/1, No. 270, pp 127-142, <https://doi.org/10.3166/rfg.2017.00168>.